

José A. Chambel de Oliveira

ECONOMIAS EXTERNAS ESPACIAIS

E

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

Lisboa, 1987

I. S. E. Biblioteca	
Eo. E.	34761
989-G.	

HT391.045 1987



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

ECONOMIAS EXTERNAS ESPACIAIS
E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano

Apresentada por
José A. Chambel de Oliveira
Sob a orientação do
Professor Doutor António Simões Lopes

Lisboa, 1987

class. unesco : A.4/ F.3110/ F.3113



Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Caracterização "geral" da situação da actividade económica regional nos anos XVII e XVIII em circunstâncias de relativa calma "económica interna" e externa	3
1.1. De William Perry (1422-1423) e da conjuntura económica de uma conjuntura nacional e externa	3
1.2. De Ruijsendael (1487-1534): Diáspora e custos de transporte	7
1.3. De James Swaney (1710-1720): Intercomunicação entre áreas e aglomerações	10
1.4. Adam Smith (1776)	11
Agradecimentos	
Capítulo 2 - Enunciado do problema	12
2.1. Objectivos	12
2.2. Metodologia	13
2.3. Estrutura	14
2.4. Síntese	15
2.5. Conclusões	16
2.6. Bibliografia	17
2.7. Anexos	18
2.8. Referências	19
2.9. Glossário	20
2.10. Índice	21
2.11. Anexos	22
2.12. Referências	23
2.13. Glossário	24
2.14. Índice	25
2.15. Anexos	26
2.16. Referências	27
2.17. Glossário	28
2.18. Índice	29
2.19. Anexos	30
2.20. Referências	31
2.21. Glossário	32
2.22. Índice	33
2.23. Anexos	34
2.24. Referências	35
2.25. Glossário	36
2.26. Índice	37
2.27. Anexos	38
2.28. Referências	39
2.29. Glossário	40
2.30. Índice	41
2.31. Anexos	42
2.32. Referências	43
2.33. Glossário	44
2.34. Índice	45
2.35. Anexos	46
2.36. Referências	47
2.37. Glossário	48
2.38. Índice	49
2.39. Anexos	50
2.40. Referências	51
2.41. Glossário	52
2.42. Índice	53
2.43. Anexos	54
2.44. Referências	55
2.45. Glossário	56
2.46. Índice	57
2.47. Anexos	58
2.48. Referências	59
2.49. Glossário	60
2.50. Índice	61
2.51. Anexos	62
2.52. Referências	63
2.53. Glossário	64
2.54. Índice	65
2.55. Anexos	66
2.56. Referências	67
2.57. Glossário	68
2.58. Índice	69
2.59. Anexos	70
2.60. Referências	71
2.61. Glossário	72
2.62. Índice	73
2.63. Anexos	74
2.64. Referências	75
2.65. Glossário	76
2.66. Índice	77
2.67. Anexos	78
2.68. Referências	79
2.69. Glossário	80
2.70. Índice	81
2.71. Anexos	82
2.72. Referências	83
2.73. Glossário	84
2.74. Índice	85
2.75. Anexos	86
2.76. Referências	87
2.77. Glossário	88
2.78. Índice	89
2.79. Anexos	90
2.80. Referências	91
2.81. Glossário	92
2.82. Índice	93
2.83. Anexos	94
2.84. Referências	95
2.85. Glossário	96
2.86. Índice	97
2.87. Anexos	98
2.88. Referências	99
2.89. Glossário	100
2.90. Índice	101
2.91. Anexos	102
2.92. Referências	103
2.93. Glossário	104
2.94. Índice	105
2.95. Anexos	106
2.96. Referências	107
2.97. Glossário	108
2.98. Índice	109
2.99. Anexos	110
2.100. Referências	111
2.101. Glossário	112
2.102. Índice	113
2.103. Anexos	114
2.104. Referências	115
2.105. Glossário	116
2.106. Índice	117
2.107. Anexos	118
2.108. Referências	119
2.109. Glossário	120
2.110. Índice	121
2.111. Anexos	122
2.112. Referências	123
2.113. Glossário	124
2.114. Índice	125
2.115. Anexos	126
2.116. Referências	127
2.117. Glossário	128
2.118. Índice	129
2.119. Anexos	130
2.120. Referências	131
2.121. Glossário	132
2.122. Índice	133
2.123. Anexos	134
2.124. Referências	135
2.125. Glossário	136
2.126. Índice	137
2.127. Anexos	138
2.128. Referências	139
2.129. Glossário	140
2.130. Índice	141
2.131. Anexos	142
2.132. Referências	143
2.133. Glossário	144
2.134. Índice	145
2.135. Anexos	146
2.136. Referências	147
2.137. Glossário	148
2.138. Índice	149
2.139. Anexos	150
2.140. Referências	151
2.141. Glossário	152
2.142. Índice	153
2.143. Anexos	154
2.144. Referências	155
2.145. Glossário	156
2.146. Índice	157
2.147. Anexos	158
2.148. Referências	159
2.149. Glossário	160
2.150. Índice	161
2.151. Anexos	162
2.152. Referências	163
2.153. Glossário	164
2.154. Índice	165
2.155. Anexos	166
2.156. Referências	167
2.157. Glossário	168
2.158. Índice	169
2.159. Anexos	170
2.160. Referências	171
2.161. Glossário	172
2.162. Índice	173
2.163. Anexos	174
2.164. Referências	175
2.165. Glossário	176
2.166. Índice	177
2.167. Anexos	178
2.168. Referências	179
2.169. Glossário	180
2.170. Índice	181
2.171. Anexos	182
2.172. Referências	183
2.173. Glossário	184
2.174. Índice	185
2.175. Anexos	186
2.176. Referências	187
2.177. Glossário	188
2.178. Índice	189
2.179. Anexos	190
2.180. Referências	191
2.181. Glossário	192
2.182. Índice	193
2.183. Anexos	194
2.184. Referências	195
2.185. Glossário	196
2.186. Índice	197
2.187. Anexos	198
2.188. Referências	199
2.189. Glossário	200
2.190. Índice	201
2.191. Anexos	202
2.192. Referências	203
2.193. Glossário	204
2.194. Índice	205
2.195. Anexos	206
2.196. Referências	207
2.197. Glossário	208
2.198. Índice	209
2.199. Anexos	210
2.200. Referências	211
2.201. Glossário	212
2.202. Índice	213
2.203. Anexos	214
2.204. Referências	215
2.205. Glossário	216
2.206. Índice	217
2.207. Anexos	218
2.208. Referências	219
2.209. Glossário	220
2.210. Índice	221
2.211. Anexos	222
2.212. Referências	223
2.213. Glossário	224
2.214. Índice	225
2.215. Anexos	226
2.216. Referências	227
2.217. Glossário	228
2.218. Índice	229
2.219. Anexos	230
2.220. Referências	231
2.221. Glossário	232
2.222. Índice	233
2.223. Anexos	234
2.224. Referências	235
2.225. Glossário	236
2.226. Índice	237
2.227. Anexos	238
2.228. Referências	239
2.229. Glossário	240
2.230. Índice	241
2.231. Anexos	242
2.232. Referências	243
2.233. Glossário	244
2.234. Índice	245
2.235. Anexos	246
2.236. Referências	247
2.237. Glossário	248
2.238. Índice	249
2.239. Anexos	250
2.240. Referências	251
2.241. Glossário	252
2.242. Índice	253
2.243. Anexos	254
2.244. Referências	255
2.245. Glossário	256
2.246. Índice	257
2.247. Anexos	258
2.248. Referências	259
2.249. Glossário	260
2.250. Índice	261
2.251. Anexos	262
2.252. Referências	263
2.253. Glossário	264
2.254. Índice	265
2.255. Anexos	266
2.256. Referências	267
2.257. Glossário	268
2.258. Índice	269
2.259. Anexos	270
2.260. Referências	271
2.261. Glossário	272
2.262. Índice	273
2.263. Anexos	274
2.264. Referências	275
2.265. Glossário	276
2.266. Índice	277
2.267. Anexos	278
2.268. Referências	279
2.269. Glossário	280
2.270. Índice	281
2.271. Anexos	282
2.272. Referências	283
2.273. Glossário	284
2.274. Índice	285
2.275. Anexos	286
2.276. Referências	287
2.277. Glossário	288
2.278. Índice	289
2.279. Anexos	290
2.280. Referências	291
2.281. Glossário	292
2.282. Índice	293
2.283. Anexos	294
2.284. Referências	295
2.285. Glossário	296
2.286. Índice	297
2.287. Anexos	298
2.288. Referências	299
2.289. Glossário	300
2.290. Índice	301
2.291. Anexos	302
2.292. Referências	303
2.293. Glossário	304
2.294. Índice	305
2.295. Anexos	306
2.296. Referências	307
2.297. Glossário	308
2.298. Índice	309
2.299. Anexos	310
2.300. Referências	311
2.301. Glossário	312
2.302. Índice	313
2.303. Anexos	314
2.304. Referências	315
2.305. Glossário	316
2.306. Índice	317
2.307. Anexos	318
2.308. Referências	319
2.309. Glossário	320
2.310. Índice	321
2.311. Anexos	322
2.312. Referências	323
2.313. Glossário	324
2.314. Índice	325
2.315. Anexos	326
2.316. Referências	327
2.317. Glossário	328
2.318. Índice	329
2.319. Anexos	330
2.320. Referências	331
2.321. Glossário	332
2.322. Índice	333
2.323. Anexos	334
2.324. Referências	335
2.325. Glossário	336
2.326. Índice	337
2.327. Anexos	338
2.328. Referências	339
2.329. Glossário	340
2.330. Índice	341
2.331. Anexos	342
2.332. Referências	343
2.333. Glossário	344
2.334. Índice	345
2.335. Anexos	346
2.336. Referências	347
2.337. Glossário	348
2.338. Índice	349
2.339. Anexos	350
2.340. Referências	351
2.341. Glossário	352
2.342. Índice	353
2.343. Anexos	354
2.344. Referências	355
2.345. Glossário	356
2.346. Índice	357
2.347. Anexos	358
2.348. Referências	359
2.349. Glossário	360
2.350. Índice	361
2.351. Anexos	362
2.352. Referências	363
2.353. Glossário	364
2.354. Índice	365
2.355. Anexos	366
2.356. Referências	367
2.357. Glossário	368
2.358. Índice	369
2.359. Anexos	370
2.360. Referências	371
2.361. Glossário	372
2.362. Índice	373
2.363. Anexos	374
2.364. Referências	375
2.365. Glossário	376
2.366. Índice	377
2.367. Anexos	378
2.368. Referências	379
2.369. Glossário	380
2.370. Índice	381
2.371. Anexos	382
2.372. Referências	383
2.373. Glossário	384
2.374. Índice	385
2.375. Anexos	386
2.376. Referências	387
2.377. Glossário	388
2.378. Índice	389
2.379. Anexos	390
2.380. Referências	391
2.381. Glossário	392
2.382. Índice	393
2.383. Anexos	394
2.384. Referências	395
2.385. Glossário	396
2.386. Índice	397
2.387. Anexos	398
2.388. Referências	399
2.389. Glossário	400
2.390. Índice	401
2.391. Anexos	402
2.392. Referências	403
2.393. Glossário	404
2.394. Índice	405
2	



ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 - Concentração "versus" dispersão no pensamento econômico espacial dos sécs. XVII e XVIII: os prolegômenos da relação entre 'economias externas' e espaço ...	3
1.1. Sir William Petty (1623-1623) e as vantagens econômicas de uma concentração espacial à outrance	4
1.2. Richard Cantillon (1697-1734): Dispersão e custos de transporte	7
1.3. Sir James Steuart (1712-1780): Interdependências econômicas e aglomeração	12
1.4. Adam Smith (1723-1790) e a Riqueza das Nações : a divisão do trabalho, extensão dos mercados e o paradigma do equilíbrio espacial	17
Capítulo 2 - Economias externas, ciência econômica e espaço	31
2.1. Alfred Marshall (1842-1954) e o "desenvolvimento geral da indústria". Economias Externas Industriais e Economias Externas Espaciais	32
2.1.1. As circunstâncias teóricas da emergência do conceito de Economias Externas	32
2.1.2. Economias Externas e "indústria localizada"	34
2.1.3. Indústrias "suplementares" e emprego: das economias externas industriais às "economias externas espaciais"	37
2.2. As etapas para um conceito renovado: economias externas de crescimento e desenvolvimento	41
Capítulo 3 - Economias externas espaciais e desenvolvimento regional	52
3.1. Elementos para um conceito de economias externas espaciais de desenvolvimento	52
3.2. Para uma estratégia de desenvolvimento regional centrada na criação de economias externas espaciais	58
Notas	64
Bibliografia	86

Introdução

O objectivo do presente trabalho é uma tentativa de aplicação do conceito de "economias externas" ao espaço 'geonómico', enquanto espaço de crescimento e de desenvolvimento.

Pese embora a dimensão espacial, num sentido não trivial, inerente ao conjunto de fenómenos associados à noção genérica da "externalidade", essa dimensão tende a ser erradicada ou enviesada - como resulta nomeadamente das abordagens segundo o paradigma económico normal neoclássico. Levar na devida conta a relação entre "economias externas" e espaço, revela-se não só pertinente enquanto proposta explicativa, do lado da ciência económica, das dinâmicas económico-espaciais, mas também necessário, como base para uma concepção de política de desenvolvimento regional.

A nossa leitura da "situação do problema" levou-nos a tentar explorar o nexó espacial da nossa questão, privilegiando em boa medida as contribuições por parte de alguns "clássicos" do pensamento económico e da análise económica. E aqui contemplámos um outro objectivo que quisemos também ver associado a este trabalho.

De facto, sendo a questão das "economias externas" suficientemente representativa da problemática mais vasta colocada pelas relações

entre espaço e Economia, tivemos a preocupação em explorar, em toda a medida do possível, o interesse que uma abordagem nessa perspectiva sempre apresenta.

Dado o âmbito particularmente vasto que a questão dos "efeitos externos" veio a atingir, sem dúvida que não vão ser aqui contemplados muitos dos outros aspectos que lhe são igualmente essenciais. Esperamos, contudo, que também neste caso se revele benéfico o papel integrador que cabe ao espaço, favorecendo-nos com possibilidades acrescidas em vir a conseguir uma abordagem igualmente integrada do ponto de vista racional.

Capítulo 1

Concentração "versus" dispersão no pensamento económico espacial dos sécs. XVII e XVIII: os prolegómenos da relação entre 'economias externas' e espaço

Pode considerar-se como definitivamente estabelecida - embora ainda insuficientemente explorada - a importância, na perspectiva da questão espacial, do pensamento económico que se desenvolve ao longo de todo o período que normalmente se faz corresponder à fase de pré-formação da ciência económica.

O objectivo deste capítulo é o de tentar extrair desse pensamento - tido como "pré-científico" - achegas dirigidas ao nosso problema.

Como o conceito que constitui o nosso referente teórico de base - **Economias externas** - não se encontrava ainda forjado, orientámos a nossa pesquisa no sentido de poder concluir sobre as explicações que eram avançadas por alguns autores, que tínhamos como mais significativos do período, do fenómeno da justaposição espacial, enquanto resultado (questionável) da acção colectiva, económica e social, de agentes e actividades. Por outras palavras, a questão que formulámos aos nossos representantes da Economia Política clássica foi a de saber as razões por

que se produzem as aglomerações de homens e actividades (fosse qual fosse a forma espacial ou dimensão particular que tomassem: aldeia, vila, cidade, concentração industrial...).

Não era evidentemente praticável debruçar-nos sobre a "totalidade" das obras dos "economistas" da altura. Teve que se seleccionar à partida os autores que iríamos tratar. A nossa opção dirigiu-se em primeiro lugar para Richard Cantillon, James Steuart e Adam Smith (1), concluindo-se posteriormente que alguma referência preliminar deveria ser feita ao mercantilista do séc. XVII William Petty, quer pela veemência com que propugnava pelo seu modelo "concentracionista", quer em virtude das influências que transmitiu aos autores seguintes, nomeadamente James Steuart.

Estamos em crer que contemplámos os autores mais significativos da abordagem das questões espaciais nesta época do pensamento económico. Nessa medida, esperamos igualmente ter apontado para os discursos mais representativos da altura no que, em particular, respeita ao nosso problema.

1.1. Sir William Petty (1623-1687) e as vantagens económicas de uma concentração espacial à outrance

A tomada de posição mais clara a favor da concentração espacial de homens e actividades, durante este período do pensamento económico, encontra-se na obra de William Petty (2). Publicada na

segunda metade do séc. XVII, veicula um dos mais expressivos discursos sobre a lógica espacial associada ao paradigma mercantilista.

Se o objectivo em vista é o fortalecimento do Estado, a luta pela sua supremacia sobre o resto do mundo também no aspecto da superioridade económica, então todos os esforços devem convergir para o sector considerado como estratégico no processo da produção e acumulação da riqueza nacional. Esse sector é o da produção industrial, em cuja promoção devem ser concentradas todas as energias.

Em consonância com esta orientação, vemos pois Petty a advogar veementemente a concentração das energias no espaço. Contudo, e se Petty nos aparece em todo este período como o apologista mais convicto da aglomeração, especificamente da aglomeração industrial e da cidade - por oposição à dispersão inerente a uma economia de base rural - em primeiro lugar por uma questão de orientação política, não significa que a sua apologética seja destituída de preocupações de argumentação racional (3). E são essas que em particular nos interessam.

A grande cidade do "modelo" de Petty (4) - para onde deveria convergir a maior parte da população, da indústria e do comércio, desenrolando-se as actividades agrícolas nas suas imediações - tem a sua principal justificação racional nas **vantagens económicas** proporcionadas pela aglomeração de actividades. Vantagens económicas que não o são somente pelos seus efeitos benéficos quanto ao poderio industrial da Nação, nas suas relações com o exterior, mas porque induzem o próprio processo aglomerativo interno enquanto tal, dando conta das forças

"naturais e espontâneas" que para ele concorrem. De facto, se o sítio de implantação é naturalmente tributário de uma situação geográfica favorável ou de razões de defesa nacional, o crescimento urbano que conduz à grande cidade radica para Petty em "certos benefícios e vantagens naturais e espontâneas que os homens retiram da circunstância de viverem em grandes sociedades em vez de nas mais pequenas" (5).

Concretizando o seu raciocínio, Petty enumera como vantagens próprias da aglomeração a divisão do trabalho, a concorrência e a redução dos custos de transporte. Na grande cidade, diz ele, "as indústrias engendrar-se-ão umas às outras, e cada indústria será dividida em tantas partes quantas as possíveis, a fim de que o trabalho de cada artesão seja simples e fácil" (6), divisão do trabalho e concorrência acrescida que, resultando numa produção em maior quantidade, de melhor qualidade, e a mais baixo custo e preço, não deixarão de se reflectir positivamente nas exportações, benéficas à indústria e à Nação.

Papel não menos fundamental reserva Petty ao factor custos de transporte, cuja redução está entre as principais justificativas da concentração de actividades. Residindo artesãos e mercadores, no "modelo" de Petty, todos na mesma cidade, localizando-se aí também a maior parte dos consumidores, aí se centralizando ainda a importação de matérias-primas e a exportação de produtos acabados, o circuito económico intranacional resulta drasticamente encurtado e suprimidas, na prática, as despesas de transporte que tanto agravavam os preços das mercadorias e prejudicam a capacidade concorrencial da indústria nacional.

1.2. Richard Cantillon (1697-1734): Dispersão e custos de transporte

A temática do encurtamento do circuito económico e a economia de transporte a ele associado, constitui aliás um dos fins de continuidade entre o pensamento económico espacial do séc. XVII e o do séc. XVIII, época do triunfo das ideias liberais. Curiosamente, porém, enquanto Petty privilegia a concentração de homens e actividades como meio de garantir um circuito curto, os autores do séc. XVIII defendem, com o mesmo propósito, a dispersão. Esta oposição nas orientações percebe-se em grande parte se a relacionarmos com os diferentes contextos doutrinários em presença. Se Petty, homem do seu século, se interessa quase exclusivamente pela manufactura nacional e pelo comércio com as outras nações, os escritores do séc. XVIII - e em primeiro lugar os Fisiocratas - concedem uma maior importância à agricultura, actividade necessariamente dispersa. Não surpreende, pois, que o meio preconizado para a redução dos circuitos económicos internos passe a se a desconcentração em direcção aos campos.

De entre os discursos mais significativos a favor da desconcentração e da dispersão espaciais, conta-se, sem dúvida, o de Richard Cantillon (7). Inspirador da concepção liberal do séc. XVIII quanto à estrutura espacial da economia a mais desejável - distribuição geográfica equilibrada, como resultado espontâneo da ordem natural e racional da sociedade - reflecte ao mesmo tempo a preocupação comum aos Fisiocratas quanto à demonstração das vantagens de uma maior dispersão, na sequência do peso concedido à agricultura na criação da

riqueza.

O tema da economia de transporte é um verdadeiro **leit-motiv** que percorre todo o **Essai** e Cantillon constitui-o em elemento racional basilar na sua abordagem da questão espacial, seja quando se refere às vantagens da disseminação industrial, seja quando pretende dar conta da gênese e da distribuição geográfica de aldeias e vilas.

Se não é possível conceber a existência da manufatura sem os recursos provenientes do produto da terra, é lá, junto da fonte de aprovisionamento do factor primário e das matérias-primas, que aquela deve ser localizada.

Só favorecendo a intensificação das redes de troca locais, se podia encurtar os circuitos económicos relativos à produção e reduzir em geral as despesas de transporte: "as manufacturas de panos, linho, tecidos, etc. deveriam ser, **na medida do possível**, implantadas nas províncias afastadas, e na proximidade das minas de carvão ou das florestas, inúteis pelo seu afastamento, as manufacturas de utensílios de ferro, estanho, cobre, etc. Por este meio, as mercadorias já acabadas poderiam ser enviadas para a capital com despesas de transporte muito menores do que se se enviassem os materiais para as fazer funcionar na própria capital, e a subsistência dos operários que lá trabalhassem" (8). Já que não é possível impedir os efeitos de aglomeração ocasionados pela residência dos mais ricos nas cidades e na capital, deve então tentar reduzir-se-lhe as consequências.

Pese embora uma orientação assumida por uma paisagem geo-

-económica mais dispersa e descentralizada, Cantillon não deixa de chamar a atenção para a importância dos factores que podem impedir ou dificultar a concretização de tal projecto.

O nosso autor tinha de facto consciência das desvantagens que afectam as possibilidades de desenvolvimento de uma indústria nascente, implantada numa região afastada ou dispersa: "Quando da implantação destas manufacturas, não se chega logo à perfeição. Se qualquer outra província as tiver, **que sejam mais atraentes, com menores custos, ou cuja vizinhança da capital**, ou a comodidade de um mar ou um rio de comunicação lhes facilite consideravelmente o transporte, as manufacturas em questão não terão sucesso. **Devem examinar-se todas estas circunstâncias na implantação das manufacturas**" (9). Não era propósito de Cantillon examinar detalhadamente essas circunstâncias. Mas o seu texto, em mais do que uma passagem, não deixa grande lugar para dúvidas quanto à admissão, na lista dessas circunstâncias, das vantagens que relevam da localização em conjuntos vizinhos e/ou ligados, designadamente por uma questão de acesso a baixo custo ao mercado.

O propugnar por um sistema espacial globalmente mais equilibrado, o que para Cantillon devia passar em primeiro lugar por um esforço de descentralização das manufacturas em direcção aos campos, não significa, portanto, que ele deixe de se revelar bem realista, nomeadamente no que respeita à permanência da acção espontânea das forças aglomerativas locais ou subregionais, quer estejam associadas a vantagens estritamente económicas, quer se liguem à ordem social. De resto - e Cantillon deixa-o bem explícito no texto - a sua recomendação segundo a

qual "se devia, na medida do possível, implantar as manufacturas nas províncias afastadas da capital" vinha apenas na sequência lógica do objectivo de "aí produzir uma circulação de moeda menos desigual quando comparada com a da capital" (10).

A racionalidade própria à economia de transporte - seja esta vista em termos de tempo ou de dinheiro - explica ainda para Cantillon a génese e a morfologia espacial dos estabelecimentos humanos, quando está em causa uma disseminação generalizada - caso das aldeias, ou uma disseminação apenas relativa - no caso das vilas.

É precisamente para evitar que os agricultores consumam parte desmesurada do dia de trabalho nas suas deslocações de ou para as terras que "... deperde a necessidade das aldeias disseminadas por todos os campos e terras cultivadas..." (11), lugares onde se juntam, consequentemente, os artesãos cujos serviços mais directamente satisfazem à faina agrícola quotidiana.

As vilas correspondem no modelo do nosso autor ao lugar da implantação do mercado. Simpatizante do paradigma concorrencial, em coerência com o seu lado liberal, são no fundamental considerações relativas às melhores condições para uma organização racional daquele, bem como dos respectivos circuitos de bens e agentes, que concorrem para a explicação da génese e da distribuição espacial das vilas. Sendo o mecanismo da fixação do preço de mercado mais eficaz quando os agentes da oferta e da procura se encontram simultaneamente reunidos num mesmo lugar - economia de transporte e tempo fazem, é claro, parte integrante

dessa eficácia acrescida - a vila é escolhida como ponto de encontro periódico de comerciantes, homens de ofício e aldeões. A vila funciona então como centro da subregião formada pelas aldeias e terras que dela dependam. Porque "é mais natural e mais fácil que os aldeões tragam (para a vila) os seus géneros nos dias de mercado e que aí os vendam, do que ver essas mercadorias serem transportadas pelas aldeias por comerciantes e **empresários**, para aí receberem em troca os géneros dos aldeões" (12), sobre a disseminação generalizada das aldeias surge a concentração relativa em vilas, como resultado do estabelecimento de **empresários** e **mercadores**, atraídos pelas oportunidades oferecidas pelos mercados rurais.

A aglomeração propriamente urbana releva, no que é essencial, de uma outra lógica. O texto de Cantillon dá claramente a entender que a racionalidade que dá conta das escolhas expressas no aparecimento da forma **cidade** escapa a uma instrumentalidade estritamente económica. A partir do momento em que a define como o lugar da implantação dos "proprietários de várias e grandes terras detentores dos meios para irem residir longe das suas terras **para gozarem de uma sociedade agradável, com outros proprietários e senhores da mesma espécie**" (13), Cantillon reconhece que as forças aglomerativas têm (também) um conteúdo social. Razões objectivas da justaposição espacial de homens e actividades têm igualmente que ser procuradas do lado da socialidade (14).

Não é apenas a questão de como uma determinada organização social se exprime na diferenciação global do espaço, integrada na análise

de Cantillon em termos da cisão operada entre os lugares da criação e da despesa da riqueza, pólos do circuito (longo) campo-cidade. Cantillon deu-nos além disso conta dos objectivos na base das racionalidades dos microcomportamentos que definem a lógica das formas elementares (territorialmente circunscritas) do sistema espacial em presença.

É pois enquanto o lugar que corresponde à despesa da riqueza que a lógica da cidade nos aparece em Cantillon como tributária de uma atitude face ao consumo. A escolha já não é a simples resultante de um cálculo minimizante de custos, mas passa a ser determinada pela procura de uma utilidade de outra ordem, aquela que os "proprietários ricos e demais senhores da mesma espécie" retiram da vida de relação em atmosfera social agradável, atributos inerentes ao espaço urbano (15).

A despesa dos grandes senhores atrai, naturalmente, toda uma série de actividades à cidade, as quais, além de satisfazerem as necessidades daqueles, **se servem mutuamente**. Assim se induz uma rede de interdependências que tem para o conjunto um certo poder multiplicativo: "será aí construída uma infinidade de casas para os mercadores, os artesãos e gentes de todas as profissões, que a residência destes senhores atrairá ao lugar" (16).

1.3. Sir James Steuart (1712-1780): Interdependências económicas e aglomeração

Sir James Steuart - cuja obra (17) vem pela primeira vez a

lume apenas nove anos antes da publicação da *Riqueza das Nações* - escreve ainda nos inícios da segunda metade do séc. XVIII, ou seja, no decorrer do período em que começam a tomar forma as grandes transformações decorrentes da revolução industrial. Os seus *Principles* levam a marca indelével das transformações a que assiste, e é em grande parte em função delas que o discurso de Stuart constitui um momento renovado do pensamento espacial do séc. XVIII.

Sir James Stuart foi, de facto o primeiro autor a contribuir com uma análise das consequências espaciais maiores da revolução industrial, ainda apenas no seu início, das quais infere um redobrado vigor das tendências aglomerativas. Concentração espacial da população e da indústria são para Stuart os impactos principais na paisagem, decorrentes do processo de industrialização que começa (18).

A introdução da indústria tem por "efeito natural a reunião dos trabalhadores livres ('free hands') de um Estado em 'towns and cities', deixando os agricultores nas suas terras e aldeias" (19) e as razões económicas deste movimento aglomerativo das populações, de renovada intensidade, reveste-se do maior significado para Stuart.

A *dependência* de tipo novo (20) que passa a prevalecer com a revolução industrial, aquela implicada nas relações de mercado, tem como consequência que apenas os homens estritamente necessários à produção agrícola permaneçam localizados nos campos. A base objectiva da lógica dispersionista dos Fisiocratas resulta em grande parte prejudicada, no entender de Stuart, porque contingentes crescentes de mão-de-obra

agrícola tornam-se economicamente excedentários. O que passa a dominar é o movimento aglomerativo em direcção às cidades, das quais os "free-hands" passam a depender para a venda da sua "indústria", já que é aí que se encontram implantados os detentores do rendimento correspondente ao excedente agrícola (21).

Assim, aos que não têm o seu local de residência determinado pelas terras, e que escolheram a cidade por razões extra-económicas - porque para isso possuem os meios - juntam-se os que são levados a decidir por razões fundamentalmente económicas, porque dependem de uma procura monetária: "a residência dos consumidores determina, em muitos casos, a dos fornecedores. Portanto, na medida em que aqueles que vivem onde lhes agrada escolheram viver juntos, nessa medida têm os outros que segui-los. E na medida em que o Estado fixar a administração do governo num lugar, assim têm os administradores, e **todos os que deles dependam**, que aí se juntar. Tomo isto como princípios que influenciam o crescimento em extensão das capitais, e cidades menores" (22).

O processo de crescimento da aglomeração urbana é, pois, explicado pela dependência comercial. E do modo como Stuart nos dá a entender o princípio da interdependência, não pode deixar-se de concluir ser **inerente à rede das interdependências económicas a produção de efeitos espaciais aglomerativos**.

Poderia dizer-se que Stuart analisa a dinâmica da cidade pelo lado de factores associáveis à coacção económica que afecta uma certa classe social. Mas para além desse determinismo que provém da necessidade, não terá o fenómeno aglomerativo, na sua globalidade, de ser

também associado a determinados benefícios, utilidades, ou satisfações que os homens retirariam da justaposição espacial enquanto tal? Stuart afirma a existência de facto desse tipo de vantagens, tendo no entanto o cuidado de não se pronunciar sobre as possíveis hipóteses quanto às motivações individuais, nos termos seguintes (23): "Quais são então as vantagens que resultam para os seus habitantes deste grande crescimento da cidade? Não posso conhecer os benefícios que resultam para cada indivíduo desta circunstância; mas concluo que as mesmas vantagens que muitos acham em particular, devem ser comuns a um grande número, consequentemente um grande número junta-se entre si" (24).

Em contrapartida, Stuart mostra-se suficientemente explícito e interessado, ao sugerir as vantagens que, do seu ponto de vista, apresentam as cidades na perspectiva das relações macroespaciais. Ao contrário do que pretendiam fazer ver os Fisiocratas, as cidades e o seu desenvolvimento só podem ser benéficos à agricultura e à população dos campos. Longe de constituir a causa do empobrecimento progressivo das regiões agrícolas, a extensão da capital e das cidades em geral, pela procura efectiva que exercem sobre o excedente da agricultura, é o verdadeiro motor da recuperação da actividade no interior das regiões, das mais centrais às mais afastadas.

O argumento das interdependências dá ainda conta, segundo o esquema de Stuart, da formação e do desenrolar de um processo aglomerativo de novo tipo, este especificamente industrialista - e "progressista" - que já nada tem a ver com a cidade tradicional - e

"arcaica" - que subsistia na base da despesa das classes que não tardarão a ser suplantadas na sequência das transformações em marcha. Referimo-nos às novas áreas urbanas industriais, às "towns" da terminologia de Steuart, onde se dá a concentração propriamente industrial em cuja análise Steuart marca um lugar pioneiro já muito próximo da Economia Espacial (25).

Os "free-hands" que contribuíram para o crescimento da cidade tradicional, porque passam a depender da proximidade dos consumidores, foram os que formaram o grupo dos artesãos isolados. Os que se associam em corporações industriais vão dar origem a novas áreas urbanas, onde a concentração é o resultado da rede de interdependências técnicas e funcionais para a qual não contribui necessariamente a proximidade relativamente a um mercado: "quando os artesãos se reúnem em corporações não dependem directamente dos consumidores, mas dos comerciantes" (26).

Dada a intervenção dos agentes intermediários, a escolha do lugar de implantação das manufacturas fica na dependência da fonte de matérias-primas e/ou de energia, de um baixo nível do salário de subsistência - principalmente quando o mercado do produto é de dimensão nacional. Mas o factor a ter especialmente em conta é, para Steuart, a proximidade relativamente a uma via de comunicação que garanta elevada acessibilidade, porque enquanto esta é uma vantagem permanente, as outras não passam de temporárias: "A melhor regra é portanto a de instalar as manufacturas nas margens dos rios navegáveis, para onde todos os aprovisionamentos necessários possam ser transportados à distância, a

reduzido custo. Esta vantagem é permanente, as outras não o são; e podem vir a revelar-se prejudiciais com o tempo, por mudanças nas próprias circunstâncias que decidiram da escolha do sítio. A partir do estabelecimento das indústrias assiste-se à transformação de aldeias em vilas e das vilas em cidades" (27).

1.4. Adam Smith (1723-1790) e a Riqueza das Nações: a divisão do trabalho, extensão dos mercados e o paradigma do equilíbrio espacial

Se a concepção de Steuart, no que respeita às relações cidade-campo, é ainda nitidamente marcada por uma visão desequilibrante a favor da cidade - embora defendendo que o seu crescimento só pode beneficiar ao campo - e poder, neste aspecto, ser interpretada em termos de uma certa continuidade com a corrente mercantilista em geral e com Petty em particular; se a inspiração fisiocrática de Cantillon o levava a tomar partido pela agricultura e reclamar por ela a primazia no mecanismo da formação da riqueza, é apenas com Smith que a concepção liberal de uma estrutura espacial equilibrada toma pela primeira vez corpo e forma.

Contribuem para este triunfo, obviamente, os alicerces teóricos sobre que se constrói o monumento do liberalismo económico que é sem dúvida a Riqueza das Nações. Harmonia, liberdade e igualdade no espaço não é mais que o correlativo da coerência que prevalece na esfera do económico.

É com Smith que pela primeira vez é postulada a vantagem para ambas as partes do mecanismo da troca (28), vantagem que rende os seus melhores frutos quanto à "riqueza das nações" na divisão técnica, social e **espacial** do trabalho.

A divisão do trabalho desempenha portanto um papel do maior relevo no raciocínio de Smith. Ela é a condição primeira de todo o progresso, pelos enormes ganhos de produtividade, ganhos que vão estar na base da grande indústria.

Mas a divisão espacial do trabalho (trocadas internas e internacionais) não é de forma alguma menos importante. A ideia é a mesma, as vantagens que daí advêm não podem ser diferentes: "O grande comércio de qualquer sociedade civilizada é aquele que se efectua entre os habitantes da cidade e os do campo (...). O campo abastece a cidade com os meios de subsistência e os materiais para manufactura. A cidade retribui este abastecimento enviando parte do produto manufacturado aos habitantes do campo. A cidade, onde não há nem pode haver qualquer reprodução de substâncias, pode mesmo dizer-se que vai buscar toda a sua riqueza e subsistência ao campo. Não devemos, todavia, em consequência disto, pensar que o ganho da cidade representa a perda do campo. Os ganhos são mútuos e recíprocos, e a divisão do trabalho é neste, tal como em todos os outros casos, vantajosa para as várias pessoas empenhadas nas diferentes ocupações em que se subdivide" (29). Se na divisão do trabalho está o gérmen de todo o progresso, a tradução espacial deste não pode deixar de corresponder, pois, a um sistema regional equilibrado.

Pese embora a concepção fundamental de Smith segundo a qual, como deixamos aqui sublinhado, os mecanismos da troca, divisão do trabalho e livre concorrência definem o princípio de uma tendência "natural" ao equilíbrio na relação cidade-campo, tal não significa que Adam Smith não tenha dado o devido relevo a um importante conjunto de factores reais que operam no sentido de uma certa concentração no espaço, sejam eles uma consequência directa e espontânea da própria divisão do trabalho, sejam eles relacionados com a intervenção humana, distorsora da "ordem natural das coisas".

De facto, a partir do momento em que as enormes potencialidades técnico-económicas, oferecidas pela divisão do trabalho, dependem quanto ao grau de efectivação da dimensão do mercado - diz Smith: "sendo a capacidade de troca que dá origem à divisão do trabalho, a extensão desta deve ser sempre limitada pela extensão daquela capacidade ou, por outras palavras, pela dimensão do mercado" (30) - estão desde logo apontadas as vantagens inerentes às aglomerações, porque quanto maior for a dimensão do mercado, primeiro pelo número de habitantes, depois pelo potencial económico que lhe corresponde, mais intensa a divisão do trabalho e a especialização (31). Eis um exemplo: "Há alguns tipos de actividade, mesmo das mais inferiores, que não podem ser exercidas senão numa grande cidade. Um moço de fretes, por exemplo, não encontrará emprego e subsistência em nenhum outro sítio. Uma aldeia é, de longe, uma esfera demasiado restrita para ele; mesmo uma vulgar vila dificilmente bastará para lhe proporcionar constante

actividade (32).

É aliás em função da maior ou menor importância dos conjuntos vizinhos e ligados, quanto ao grau de intensidade que garantem à divisão do trabalho - social e técnica - que Smith hierarquiza entre aldeia, vila e cidade, por um lado, e a ela refere, por outro, a dinâmica de crescimento que preside à transformação das aldeias em vilas e destas em cidades.

Assim, os pequenos centros devem o seu aparecimento a uma primeira divisão sócio-espacial do trabalho entre agricultores e artesãos, e resultam da justaposição espacial destes últimos na sequência das suas interdependências técnicas e comerciais, da necessidade de apoio mútuo e de cooperação: "Ferreiros, carpinteiros, construtores de carros e fabricantes de arados, pedreiros e cantoneiros, curtidores, sapateiros e alfaiates são todas pessoas cujos serviços são frequentemente requisitados pelo camponês. Estes artífices necessitam, igualmente, de vez em quando, do apoio uns dos outros; e como a sua residência não está, como a do agricultor, necessariamente ligada a um determinado local, instalam-se naturalmente nas proximidades uns dos outros, formando assim uma pequena cidade ou aldeia" (33). É do maior interesse notar que a divisão do trabalho, pelo seu lado social, é correlativa de uma "divisão" espacial, aquela que se exprime quando a forma aldeia ou vila se destaca dos campos circundantes, a divisão técnica do trabalho é associada por Adam Smith às redes de solidariedades (vizinhança e cooperação) que formam a coesão daquela mesma forma, enquanto espaço social.

As forças de atracção espontânea assim desencadeadas dão lugar, pelo seu próprio desenvolvimento, à cidade propriamente dita. A

divisão técnica do trabalho, pouco extensa quando se manifesta no círculo estreito da aldeia, torna-se mais importante e acabada à medida que cresce a aglomeração, dando ao mesmo tempo conta do processo aglomerativo enquanto tal.

Processo aglomerativo que, sendo naturalmente limitado quando articulado com uma dimensão de mercado que não exceda os limites "naturais" do território local ou regional, pode conhecer uma intensificação extraordinária, designadamente em sítios geograficamente privilegiados em vias de comunicação que permitam o alargamento do mercado muito para além da área de influência directa (o qual pode mesmo chegar a grande distância, fora das fronteiras nacionais).

Estando o aparecimento das manufacturas inicialmente associado à divisão social e técnica do trabalho estruturada numa base territorial que é a das relações de troca locais e regionais, a extensão progressiva de mercados não pode deixar de constituir motor decisivo do arranque da grande indústria que, enquanto tributária de uma divisão técnica do trabalho mais intensiva tem na tendência à concentração industrial urbana a sua tradução espacial mais típica: "Como o transporte por via aquática abre um mercado mais vasto a todos os tipos de actividade (x), do que lhes é proporcionado por qualquer espécie de transporte por terra, é ao longo da costa e das margens dos rios navegáveis que as 'actividades' de todos os tipos começam a subdividir-se e a aperfeiçoar-se e, frequentemente, só muito tempo depois é que esses aperfeiçoamentos se estendem às zonas interiores do país" (34).

(x) Os tradutores da edição portuguesa da *Riqueza das Nações* em que nos baseamos, optaram pela acepção genérica de "actividade" para o termo inglês "industry", empregado por Adam Smith. No entanto, tudo indica que o contexto exigiria, como mais correcto, o equivalente de acepção mais específica, "indústria".

Smith preocupa-se aliás em denunciar clara e insistentemente os efeitos nocivos sobre os equilíbrios espaciais internos (relações cidade-campo) da concentração, quando designadamente na decorrência da extensão dos mercados para além dos limites "normais". Nocividade demonstrada pelo facto de nem sempre o desenvolvimento da cidade arrastar consigo o progresso das regiões vizinhas, as quais deveriam ser os seus fornecedores privilegiados, e para onde se devia fazer a descentralização do capital produtivo.

De facto, não obstante na cidade tender a taxa de lucro a ser menor e os salários mais elevados, em virtude, respectivamente, da maior concorrência entre capitais e da maior pressão sobre a procura de mão-de-obra, os capitais não se deslocam das cidades para o campo. E a razão reside fundamentalmente nas acrescidas oportunidades, oferecidas pela maior dimensão do mercado urbano, para a realização do que hoje chamaríamos de 'economias de escala': "Embora os lucros do capital sejam em geral menores na capital do que nas pequenas cidades e aldeias da província, adquirem-se frequentemente na primeira grandes fortunas, a partir de um pequeno capital, o que praticamente nunca acontece nas últimas. Nas pequenas cidades e nas aldeias de província, a **reduzida dimensão do mercado** não permite sempre que a actividade se expanda à medida que o capital aumenta. Em tais lugares, por consequência, embora possa ser muito elevada a taxa de lucro de uma determinada pessoa, o montante de lucros nunca pode ser muito alto, nem por conseguinte, o da acumulação anual" (35).

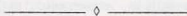
Por outro lado, "os habitantes da cidade, **estando reunidos num**

só lugar, podem facilmente estabelecer acordos entre si. Por isso, mesmo as mais insignificantes actividades levadas a cabo nas cidades se têm, mais ou menos por toda a parte, instituído em corporações" (36). As vantagens próprias à aglomeração urbana traduzem-se, neste caso, pela introdução de um elemento de monopólio, responsável por uma subida geral de preços que, na medida em que é artificial, só pode romper o equilíbrio das trocas com o campo. De facto, não tendo os camponeses possibilidades de responder da mesma forma, pois estando eles "dispersos por lugares distantes, não podem facilmente associar-se" (37), acabam por fornecer uma quantidade maior do seu trabalho em troca de uma menor quantidade de trabalho contida no produto manufacturado (38).

É claro que mecanismo de disparidades espaciais deste ou doutro tipo não podem deixar de ser interpretados e denunciados por Adam Smith como excepções - no entanto bem reais e às quais ele concede todo o relevo - ao seu paradigma fundamental que postula uma estrutura espacial equilibrada - ainda que essa transitoriedade se prolongue por um prazo bastante longo - pois que o exercício livre do mecanismo da concorrência espacial se encarregará de repor o equilíbrio natural. É assim que Smith não deixará nunca de ter no seu horizonte que a tendência à baixa da taxa de lucro nas cidades, em consequência da enorme acumulação de capital que aí teve lugar, acabará por incitar à desconcentração das actividades. Excepções também, no sentido em que apenas são devidas à intervenção deliberada dos homens, cujo "comportamento imprevisível" faz muitas vezes com que actue a **contrario** das "leis justas da natureza".

Seja como for, bastará, pois, deixar funcionar livremente os mecanismos económicos para que os capitais sejam investidos nas zonas rurais, para que as cidades não explorem artificialmente os campos, enfim para que seja reposta a igualdade natural entre campo e cidade.

Resta acrescentar que afirmar isto não significa de modo algum que Adam Smith tenha propugnado pela dispersão da "riqueza das nações". Algum grau moderado de concentração espacial espontânea é, além de necessário, benéfico.



Enquanto resultados da reflexão a partir da análise que empreendemos sobre alguns momentos privilegiados da história do pensamento económico espacial, correspondente à época que imediatamente precede a emergência da Economia enquanto ciência, destacaríamos os aspectos seguintes:

1. As problemáticas concentração **versus** dispersão, relações cidade-campo, indústria - agricultura, morfogénese e dimensão dos estabelecimentos humanos, constituindo durante a época a que acabámos de nos referir **temas nobres da Economia Política**, mobilizam importante esforço teórico - pesem embora as diferentes

orientações ideológicas, políticas ou filosóficas neles envolvidas. Esse esforço teórico inclui, em particular, o estudo dos factores económicos e sociais que constituem a base objectiva do fenómeno da justaposição espacial de homens e actividades.

Pensamos estar em condições de afirmar que, das contribuições desses economistas dos sécs. XVII e XVIII, resultam o que poderíamos chamar de prolegómenos das tentativas mais recentes em pensar as relações entre externalidades (x) e espaço. Não apenas no sentido da introdução do problema, mas sobretudo porque desde esta altura ficam identificadas praticamente todas as suas dimensões e determinações fundamentais: em primeiro lugar a sua dimensão especificamente espacial (particularmente negligenciada, logo pouco tempo após a inauguração da abordagem propriamente científica das externalidades no domínio da Economia), depois a determinação económica, além da dimensão sociológica.

2. Do lado das determinantes económicas, se juntarmos as contribuições de William Petty e de James Steuart à síntese de Adam Smith, passaremos a dispor de uma panóplia bastante completa de indicações, observações e mesmo de elementos de análise que conferem todo o sentido em procurar do lado da racionalidade associada às vantagens e interesses económicos, individuais e colectivos, os factores objectivos que explicam a acção das forças aglomerativas e o seu carácter espontâneo.

(x) Empregamos aqui o termo numa acepção genérica a partir do conceito de **economias externas**, introduzido por Alfred Marshall (1890) - vide capítulo seguinte.

Resumindo, as vantagens económicas inerentes à **divisão do trabalho**, à **concorrência** e à **redução dos custos de transporte**, desde logo apontados pelo mercantilista do séc. XVII William Petty, são temas recorrentes nas análises posteriores, enquanto factores indutores da concentração espacial.

Em associação com as vantagens da divisão do trabalho situáramos o tema, deveras interessante nomeadamente pela amplitude com que é introduzido, das **interdependências económicas** de Stuart. A produção de efeitos espaciais aglomerativos é inerente à rede das interdependências económicas. As quais, em intensificação progressiva na decorrência das novas relações sociais e técnicas, saídas da revolução industrial, estão, nomeadamente, na base da emergência do fenómeno novo da concentração urbana industrial.

Sendo a divisão social do trabalho correlativa da divisão espacial do trabalho, o postulado do equilíbrio das trocas conduz, no caso de Adam Smith, ao princípio do equilíbrio espacial. A análise de Smith não negligencia, porém, a realidade do processo aglomerativo. É fundamentalmente ao binómio divisão técnica do trabalho-**extensão dos mercados**, a primeira enquanto potencialidade técnico-económica, a segunda como condição da sua realização, que Adam Smith refere a lógica da concentração.

Finalmente, a análise espacial de Cantillon elege os **custos de transporte** como a variável explicativa por excelência (39). Partidário da desconcentração das manufacturas em direcção ao campo, não deixa contudo de chamar a atenção para as dificuldades com

que se debate a concretização desse projecto. A concorrência espacial, que por exemplo decorre da proximidade à capital, a ela se opõe.

3. Quanto à dimensão propriamente sociológica, tivemos a oportunidade de chamar para ela a atenção, nomeadamente a propósito de Cantillon e Adam Smith. De facto, as suas análises são bem representativas da preocupação da época em não limitar ao interesse económico a razão de ser objectiva da formação dos grupos humanos numa base territorial.

Cantillon é, quanto a nós, um verdadeiro precursor, do lado da Economia (Política), da abordagem, muito posterior (40), das externalidades em associação com certos atributos específicos dos espaços de socialidade, envolvendo, portanto, os aspectos qualitativos ligados ao ambiente social e à vida de relação, fundadores de uma racionalidade outra que tende a interagir significativamente com os factores propriamente económicos.

Embora em contexto distinto, essa dimensão sociológica é ainda referida por Smith. Pela divisão técnica do trabalho perpassam os laços de solidariedade inerentes às relações de vizinhança, fazendo Adam Smith claramente intervir para além da "função", a "territorialidade" na explicação que propõe para as tendências aglomerativas.

4. Finalmente, quanto à dimensão espacial, concluiríamos, em

síntese, que o tipo de abordagem dos nossos autores aponta claramente para o que poderíamos exprimir por uma identificação económica e social do espaço. Dizêmo-lo, no sentido em que a sua perspectiva nos faz perceber, por exemplo, que as vantagens associadas à justaposição espacial de homens e actividades resultam da morfogénese - e para ela contribuem - de certos conjuntos espaciais vizinhos e ligados, meios da acção colectiva económica e social, com contornos geográficos definíveis precisamente em função dessa mesma acção. É a cidade industrial e o seu "hinterland", são as pequenas cidades e vilas de província com os seus mercados rurais, é mesmo o caso da cidade aristocrática e tradicional de Cantillon.

Não é de resto de surpreender o sentido geral das nossas conclusões, se tivermos na devida conta a atitude geral da Economia Política até Adam Smith no que se refere à fusão característica do conhecimento económico com os restantes domínios do conhecimento social em geral (41).

A riqueza de orientações que, quanto à abordagem da questão espacial, detectámos nos economistas da época mais não reflecte afinal que o contexto epistemológico que é o seu.

É de resto à medida que a Economia progride nos seus ensaios e tentativas para dar o grande salto epistemológico para a analítica lógico-dedutiva, da qual fica em grande parte a depender o estatuto de ciência empírica a que aspira, que se vai assistindo a um crescente

empobrecimento das determinações especificamente espaciais que vão sendo retidas (quando o são) pelo processo de abstracção em marcha.

Teremos a oportunidade, na sequência do nosso trabalho, de acompanhar de alguma forma as incidências daquele tipo de evolução a propósito da análise que a ciência económica vai formulando e construindo sobre a fenomenologia associada à noção de externalidade, evolução que principia pouco tempo após a criação do conceito de **economia externa** por Alfred Marshall, conferindo assim ao problema legitimidade propriamente científica. Teremos ainda ocasião de verificar que, também neste caso, uma das consequências maiores, na nossa perspectiva, das tentativas de formulação teórico-analítica implicadas pelo próprio processo de legitimação científica segundo o padrão normal lógico-dedutivo, consistiu precisamente na perda ou radical empobrecimento da relação que liga as externalidades ao espaço.

Permita-se-nos que invoquemos, a título de analogia com o caso que nos ocupa, a autoridade das palavras de Claude Ponsard, quando este compara o "sistema" de Cantillon e Steuart com o modelo de localização de von Thünen: "De um modo geral, a totalidade do sistema económico proposto por Cantillon e Steuart apresenta-se mais rico e mais completo que o modelo simplificado de Thünen e seus sucessores imediatos. Não podemos negar que foi precisamente devido ao processo de abstracção que Thünen foi capaz de chegar a uma primeira formulação teórica, mas o número de variáveis que reteve é tão limitado que os teóricos posteriores tiveram enorme dificuldade em estender a sua teoria. Mais: é lamentável que estes autores fossem desconhecidos dos teóricos seguintes. Certamente

que os seus trabalhos não nos deram uma teoria da localização, como deram os de Thünen. Mas o papel desempenhado pelo factor espacial nos seus escritos é tal que a sua integração na análise económica é mais completa" (42).

2.1. Alfred Marshall (1842-1924) e a "Economia Social" e a "Economia Industrial e Doméstica".

2.1.1. As circunstâncias históricas da sua época de "Economia Social e Industrial".

2.1.2. O papel dos princípios de Economia de Alfred Marshall (1842-1924) na evolução da teoria económica portuguesa nos domínios da produção de bens e serviços.

Capítulo 2

Economias externas, ciência económica e espaço

O trabalho a desenvolver neste capítulo tem como objecto central o nosso referente teórico de base - **Economias Externas** - o qual, enquanto conceito de teoria económica, está intimamente associado às explicações científicas, económicas ou mesmo extra-económicas, aplicadas à classe de fenómenos que nos ocupou no capítulo anterior.

Iremos deter-nos com algum pormenor no contexto em que o conceito emergiu na obra de Marshall, porque - além de ser ela que fixa a sua significação fundamental - é a partir daí que se definem os domínios da sua aplicação.

De acordo com o objecto do nosso tema, passaremos de seguida ao estudo dos principais aspectos do percurso que, das economias externas marshallianas, conduziu às chamadas **economias externas de crescimento e desenvolvimento**.

2.1. Alfred Marshall (1842-1954) e o "desenvolvimento geral da indústria".

Economias Externas Industriais e Economias Externas Espaciais

2.1.1. As circunstâncias teóricas da emergência do conceito de Economias Externas

É pois nos *Principles of Economics* de Alfred Marshall (1), publicado em 1890 - situando-se portanto em plena época de maturação da Economia enquanto ciência, para cujo progresso aliás Marshall contribuiu decisivamente (2) -, que o termo "economias externas" ('external economies') é pela primeira vez introduzido com propósitos explicativos, passando assim a ser tomado como conceito propriamente científico e a fazer parte do vocabulário da disciplina.

Precisamente, deve-se a circunstância da sua emergência à tentativa de solução, desenvolvida por Marshall, de um problema interno à teoria económica (3).

Transportando para a sua teoria da produção, a relação estabelecida por Adam Smith, havia um século antes, entre a intensidade efectiva do processo da divisão do trabalho e a extensão do mercado (vide 1.4), Marshall é levado a conceber as economias de escala, "as economias que resultam de um acréscimo na escala da produção", nas suas palavras (4). Para ele, porém, este resultado era contraditório com o postulado dos rendimentos marginais decrescentes (5) que Marshall aceita da Economia clássica (de David Ricardo em particular).

A "contradição" é então explicada considerando Marshall, por um

lado, que a "lei" dos rendimentos marginais decrescentes é específica da actividade agrícola e o fenómeno dos rendimentos crescentes à escala, próprio da produção industrial e do processo de industrialização: "Se a acção da natureza na produção revela uma tendência aos rendimentos decrescentes, a acção do homem revela uma tendência aos rendimentos crescentes" (6), e remetendo, por outro lado, a explicação das economias de escala industriais para o que designou de economias internas e **economias externas** (7): "Podemos dividir as economias que resultam de um acréscimo na escala da produção de qualquer tipo de bem, em duas classes - em primeiro lugar, as que dependem do desenvolvimento geral da indústria; depois, as que dependem dos recursos das firmas individuais nela envolvidas, da sua organização e da eficiência da sua gestão. Podemos chamar às primeiras **economias externas** e às segundas **economias internas**" (8).

Portanto, no fundamental, o que Marshall inclui nas **economias externas** são vantagens de crescimento que cada firma, enquanto elemento individual de uma indústria (9), retira do desenvolvimento geral dessa indústria, como conjunto. Essas vantagens de crescimento correspondem, portanto, para sermos precisos, a uma redução (gratuita) dos custos médios de cada firma. Essas economias são externas na óptica de cada empresa em particular, mas internas, na óptica da indústria.

Não há dúvida de que se nos limitarmos aos termos estritos em que Marshall nos apresenta a sua definição, não podemos extrair outra conclusão que não seja a de que o conceito teórico de economias externas, enquanto tal, é em primeiro lugar um instrumento de análise

microeconómica: os objectos em causa são dela típicos, a firma e a indústria.

Estamos em crer que é precisamente esta interpretação estritamente microeconómica, acrescida do facto - em si apenas circunstancial, como atrás tentámos mostrar - de o conceito surgir a propósito de uma aparente anomalia propriamente teórica, interna à microeconomia da produção, que não deixa muitas vezes ver e dar o devido relevo a determinações de outra ordem nele contidas, apesar de em boa parte já estarem incluídas nos **Principles**. É o caso dos aspectos espaciais a propósito da indústria localizada em ligação com a óptica de crescimento que é afinal a de Marshall, quando aborda as economias externas (10).

É com o propósito de chamar a atenção para a relação entre economias externas e espaço em Marshall que nos propomos deter um pouco mais sobre o texto dos **Principles**.

2.1.2. Economias Externas e "indústria localizada"

As preocupações de Marshall relativamente ao crescimento da firma e da indústria numa óptica de economias externas, leva-o à abordagem de alguns aspectos da localização industrial. Concluindo pela importância das economias externas proporcionadas "pela concentração de um grande número de pequenas empresas de carácter similar em certas localidades: ou, como se costuma dizer, pela localização da indústria" (11), explicando que "muitas dessas economias que provêm da utilização de

trabalho e maquinaria especializados, normalmente consideradas dentro das possibilidades dos estabelecimentos de muito grande dimensão, não dependem da dimensão dos empreendimentos individuais. **Algumas dependem do volume agregado da produção do ramo na vizinhança**" (12), fornece-nos um poderoso instrumento conceptual de ciência económica para a explicação da concentração das indústrias.

Se é da justaposição espacial que surgem as oportunidades de captação dessas economias externas, então como componente económico das forças espontâneas que resultam no fenómeno espacial da aglomeração industrial, conta-se a minimização dos custos de produção pela via dessas economias externas de localização.

Em que consistem as economias externas de aglomeração para Marshall?

Essas importantes economias são devidas às vantagens oferecidas por uma localização caracterizada por um **ambiente industrial** progressivo: "as economias **internas**, aquelas que cada estabelecimento tem de conseguir por conta própria, são frequentemente muito pequenas quando comparadas com essas economias **externas** que resultam do progresso geral no ambiente industrial; a situação de uma empresa representa quase sempre um factor maior na determinação do grau em que ela pode ter acesso às economias externas" (13). Assim, "se alguém descobre uma ideia nova, ela é tomada por outros e combinada com as suas próprias sugestões; e assim passa a originar novas ideias; logo a seguir crescem actividades subsidiárias na vizinhança, fornecendo a indústria com componentes e materiais, contribuindo de várias formas à realização de economias" (14).

Esse meio de negócios dinâmico é-nos apresentado por Marshall como se constituiria um verdadeiro **patrimônio industrial próprio ao território**, que em muito releva sobre as vantagens em condições naturais: "essas vantagens naturais podem por si mesmas ter estimulado o aparecimento da 'free industry and enterprise': mas é a existência desta última, **não importa por que meios tenha sido promovida**, que tem sido a condição suprema do crescimento das 'noble forms of the arts of life'" (14).

A dinâmica progressiva da 'localized industry' é um **processo autosustentado** por via de uma espécie de transmissão "hereditária" (16) da qualificação industrializante: "Quando uma indústria escolheu para si uma localidade, é provável que aí permaneça por muito tempo: tão grandes são as vantagens que as pessoas envolvidas no mesmo ramo de negócio tiram da vizinhança próxima. Os segredos do negócio já não são mistério; é como se pairassem no ar, e as crianças aprendem muitos deles inconscientemente" (17).

A acessibilidade a um mercado de trabalho contemplando as especializações adequada não é componente menor das economias externas que favorecem as firmas da indústria localizada: "a indústria localizada é favorecida com a grande vantagem que representa o facto de ela constituir um mercado constante para mão-de-obra especializada" (18).

Em resumo, as economias externas de aglomeração da indústria, traduzem-se nos benefícios que dessa circunstância espacial advêm para as firmas, no que respeita a um ambiente industrial progressivo e autosustentado, resultante da troca de informação, dos estímulos à emulação criativa e os benefícios que ocasionam no aperfeiçoamento

contínuo dos processos de fabrico, para além da criação de uma importante reserva de mão-de-obra especializada e a difusão de actividades subsidiárias nas proximidades, contribuindo para a melhoria das condições de aprovisionamento e escoamento de produtos.

2.1.3. Indústrias "suplementares" e emprego: das economias externas industriais às "economias externas espaciais"

As preocupações de Marshall com a indústria e a indústria localizada levam-no a abordar também as suas desvantagens. Essas desvantagens percebe-as Marshall nos inconvenientes da **concentração do emprego** industrial num só sector: "Uma indústria localizada apresenta algumas desvantagens enquanto mercado de trabalho se o trabalho aí realizado é principalmente de um tipo só" (19). Explica Marshall que mesmo sendo os salários altos, o rendimento **per capita** das famílias tende a ser baixo, "devido à falta de oportunidades diferenciadas de emprego, adaptadas aos diferentes membros das famílias (20). A solução impõe-se por si: "Mas o remédio para este inconveniente é óbvio, e consiste no desenvolvimento de indústrias de um carácter **suplementar**" (21). E concretiza: "As vantagens na variedade de emprego são combinadas com as das indústrias localizadas nalgumas das nossas cidades industriais e reside aí uma causa principal do seu crescimento continuado (...). Uma região que seja principalmente dependente de uma indústria está sujeita a extrema depressão, no caso de uma redução da procura para o seu

produto, ou de uma quebra no fornecimento da matéria-prima que utiliza. Mais uma vez este inconveniente é em grande medida evitado por aquelas grandes cidades ou **regiões industriais**, nas quais várias indústrias distintas se encontram fortemente desenvolvidas (...). Se uma delas falha por um tempo, é provável que as outras a apoiem indirectamente, e permitam que o comércio local continue a assistir os trabalhadores" (22).

Fiel à sua inspiração biológica, Marshall sabe que a diversidade das "espécies" é o garante do crescimento e evolução do sistema, pela capacidade de resistência adaptativa às contingências de percurso que lhe confere.

Mas o que é que podemos concluir quando comparamos este tipo de abordagem, com a que seguimos anteriormente?

Marshall, ao tratar das desvantagens da indústria localizada, coloca-se claramente e pela primeira vez num âmbito de interdependências que a ultrapassa. Ao associar as desvantagens de um crescimento industrial - o qual, se centrado numa indústria, é não diversificado - aos efeitos negativos sobre o emprego e rendimento médio locais, Marshall toma como referência o quadro das interdependências mais gerais implicadas numa base espacial, cidade ou região industriais no caso contemplado. O mesmo é dizer que aquelas desvantagens apenas o são na óptica do espaço e não na da indústria.

É assim que as vantagens proporcionadas pela diversificação (combinadas com as que são próprias a cada indústria em particular) nos são apresentadas como um determinante maior do crescimento da cidade ou região (nomeadamente em termos de população).

Ou seja, estabelecendo a analogia, enquanto factor explicativo do crescimento da cidade ou da região, encontra agora Marshall as vantagens para as variáveis económicas locais ou regionais da **diversificação industrial**, tal como anteriormente o crescimento da indústria localizada resultava das vantagens económicas para as firmas individuais da **concentração espacial**.

Não nos afastamos portanto em nada do sentido e da lógica marshallianas se a relação dinâmica entre diversificação industrial e crescimento no espaço for globalmente interpretada como um fenómeno de **economias externas**: as vantagens (económicas, em primeiro lugar) captadas ao nível da relação indústrias-emprego reflectem-se no crescimento da aglomeração urbana, do agrupamento regional (designadamente através das variáveis demográficas).

Trata-se, pois, de economias que, sendo externas aos agentes e actividades localizados, são internas ao conjunto espacial definido na base dessa localização.

É para esse tipo de economias que propomos o conceito de **economias externas espaciais** (23).

Trata-se, no essencial, de uma extensão do conceito de economia externa "à Marshall", base da sua legitimidade teórica, pretendendo-se com ele descrever, portanto, as vantagens que agentes e actividades em interacção tiram do agrupamento espacial.

As economias externas espaciais constituem então um critério de identificação económica do espaço, no sentido em que o acesso, potencial

ou efectivo, às vantagens que elas definem, tendem a delimitar os contornos geográficos de qualquer sistema espacial enquanto **campo de efeitos externos positivos** (24).

O que fizemos até agora não foi mais do que buscar no contexto que presidiu à formação do conceito de economias externas, os fundamentos próprios da sua relação com o espaço. Achamos poder concluir que uma (re)interpretação desse contexto teórico original, indo um pouco para além da estrita formulação microeconómica de Marshall, nos habilita de facto a conceber essa relação em termos de uma integração específica entre a dimensão económica e a dimensão propriamente espacial, integração essa que o próprio texto de Marshall se revelou apto a sugerir.

Esta era, quanto a nós, a única diligência defensável enquanto etapa preliminar de uma tentativa de proceder a uma extensão, que pudesse ser considerada legítima, do conceito de economias externas à problemática do crescimento e do desenvolvimento, numa perspectiva espacial. Problemática que constitui hoje dos mais - senão o mais - pertinentes campos de aplicação do conceito, como aliás desde logo resulta do facto de ter sido com ela em mente que Marshall instituiu aquele instrumento conceptual.

2.2. As etapas para um conceito renovado: economias externas de crescimento e desenvolvimento

Com a iniciativa teórica que teve ao formular o conceito de **economias externas**, fornece Marshall à ciência económica um particularmente abundante manancial de problemas directamente ligados ao núcleo teórico da disciplina. À medida que decorria a discussão centrada nas implicações do novo conceito na teoria do equilíbrio geral, foram-se-lhe descobrindo outras relações teóricas ou de aplicação, envolvendo certas áreas particularizadas, como a problemática do crescimento e desenvolvimento e as teorias da localização.

De facto, teoria microeconómica (25), localização industrial (26) e crescimento foram os domínios a que, desde logo, o próprio Marshall associou directa ou indirectamente o conceito.

Os nossos objectivos de momento não implicam que tenhamos necessariamente de seguir com elevado grau de promenor o percurso completo que, de Marshall, conduz à análise contemporânea das externalidades, contemplando todas as suas bifurcações e metamorfoses conceptuais. A perspectiva em que nos colocamos exige no entanto que se preste alguma atenção aos principais aspectos incluídos na evolução que, das economias externas marshallianas, foi dar às chamadas **economias externas de crescimento e desenvolvimento** (27).

As abordagens da problemática da industrialização, do crescimento e do desenvolvimento confrontam-se, ao surgirem, com as insuficiências que

caracterizam o quadro teórico da análise de Marshall, não obstante o mérito que lhe é reconhecido como verdadeiro inovador no contexto do paradigma neoclássico do seu tempo, pela abertura que revela relativamente a alguns aspectos do crescimento, e respectiva dimensão dinâmica, ao contemplar, designadamente, as interações da firma e da indústria com o seu meio.

Embora conscientes do largo alcance teórico do conceito de economias externas, os sucessores de Marshall, interessados na problemática da industrialização, vêm a denunciar as insuficiências do quadro teórico pressuposto. Por um lado, no que respeita ao carácter meramente quantitativo da abordagem - o crescimento para Marshall é apenas acréscimo de quantidades produzidas. Por outro lado, a óptica de análise parcial que adopta - o crescimento é visto apenas do lado da firma e da indústria. Insuficiências graves, quando o que está em causa são transformações mais de ordem do qualitativo, inerentes às complexas evoluções que decorrem a nível de "um todo interligado" como se exprime YOUNG, A. (1928).

É justamente o economista americano Allyn Young que inaugura a problemática da relação entre economias externas e crescimento (desenvolvimento) económico. Invocando ainda a célebre correlação entre divisão do trabalho e extensão do mercado, tão cara a Smith e a Marshall, Young argumenta que esta divisão do trabalho não tem apenas lugar no interior das firmas, mas entre firmas e indústrias conduzindo a fenómenos de diferenciação, desintegração horizontal ou vertical, etc., essencialmente qualitativos.

Entretanto, VINER, J. (1931) vem precisar que as economias externas marshallianas incluem dois tipos de fenômenos substancialmente distintos (28). Um que recobre as interdependências **directas**, à margem do sistema de preços, que se traduzem por melhorias nos coeficientes técnicos de produção, decorrentes, por exemplo de "uma melhor organização dos mercados de trabalho e de materiais, no que se refere à sua disponibilidade quando requeridos por qualquer empresa, uma melhoria na técnica produtiva que resulta da 'fertilização cruzada' ('**cross-fertilization**'), ou de uma troca de ideias entre os diferentes produtores" (29), constituem as **economias externas tecnológicas** (30). Outro tipo de interdependências, estas **indirectas** - no sentido em que são mediatizadas pelo mercado, aparecendo portanto reflectidas nos movimentos de preços -, tomam nomeadamente a forma de reduções no preço dos factores adquiridos pelas empresas: "reduções nos preços de serviços e materiais resultantes do acréscimo nas quantidades adquiridas desses serviços e materiais pela indústria no seu conjunto" (31), correspondem às **economias externas pecuniárias** (32).

Viner acrescenta logo porém que, na medida em que este tipo de vantagens se transmite pelo normal sistema de preços, não dão lugar às intervenções preconizadas pelos teóricos da Economia do Bem-Estar, retirando deste modo às economias externas pecuniárias importância e pertinência.

É justamente quanto à reposição da importância que passa desde

então a ser especificamente associada às economias externas pecuniárias interindustriais quanto ao seu papel no processo do crescimento económico que o artigo de ROSENSTEIN-RODAN (1943) se vem a tornar célebre.

É do mecanismo de criação e transmissão de economias externas, e muito em especial de economias externas pecuniárias, que Rosenstein-Rodan faz depender o processo de crescimento e desenvolvimento económico em aspectos tão importantes como a propensão a investir e no das repercussões dos investimentos na economia, ensaiando a essa luz extrair ensinamentos para a política e o planeamento (33).

Os investimentos socialmente mais necessários e rentáveis não são aqueles que mais atraem o investimento privado, precisamente porque neles, a parte mais importante dos seus resultados toma a forma de economias externas não captáveis por parte do investidor isolado. É o caso, por exemplo, da formação profissional: "- o empresário que invista na formação de trabalhadores pode perder capital se os trabalhadores vierem a ser contratados por outra firma. Embora não seja um bom investimento para uma firma privada, é o melhor investimento para o Estado. Trata-se também de um bom investimento para as indústrias a serem criadas, **quando tomadas como um todo**, ainda que possa corresponder a custos irrecuperáveis para uma unidade mais pequena. Eis um importante exemplo da divergência pigousiana entre 'produto marginal líquido privado e social' em que o último é mais elevado que o primeiro" (34).

E é por esta razão que são os investimentos que apresentam maiores potencialidades quanto à criação e difusão de economias externas que devem merecer a atenção prioritária por parte do sistema de planeamento

dos países e regiões subdesenvolvidas.

Mas cabe ainda, e por outro lado, ao planeamento influenciar positivamente as decisões privadas de investimento em geral, quanto à redução do elevado grau de incerteza que, em determinadas circunstâncias, caracteriza as expectativas dos agentes sobre a rentabilidade dos projectos. O prognóstico fundamentado quanto às oportunidades futuras de o investidor poder vir a beneficiar de economias externas pode concorrer só por si para viabilizar muitas intenções de investimento no momento da decisão. É o caso das economias externas associadas à extensão do mercado de uma indústria ou empresa, pelo impacto provocado pelo crescimento de outras indústrias: "A maior força indutora do investimento é a expectativa quanto a lucros do empresário individual, a qual é baseada na experiência do passado. Contudo, a experiência do passado é em parte irrelevante quando toda a estrutura económica de uma região está a mudar. O conhecimento que o empresário individual tem do mercado tende a ser neste caso insuficiente porque não pode dispor de todos os dados **que estariam ao alcance do organismo de planeamento**. A sua estimativa do risco subjectivo tende a ser consideravelmente maior que o risco objectivo" (35).

Portanto, e em síntese, para Rosenstein-Rodan as economias externas pecuniárias revelam-se por direito tão importantes que as economias externas tecnológicas, mas sem qualquer dúvida muito mais importantes, **de facto**, quando se considerar o papel que aquelas desempenham nos complexos mecanismos económicos de que depende o crescimento. Elas são elemento fundamental da cadeia das repercussões de mercado que se

encontram na base de qualquer processo de indução e difusão do investimento. E enquanto factor nem sempre aparente aos olhos do investidor isolado, competirá ao planeamento económico nacional, ou a nível regional, a sua investigação e consideração, no delinear das acções de política que empreender.

A dicotomia entre economias externas pecuniárias e tecnológicas encontrará mais tarde a sua legitimação teórica, com a publicação em 1954 do célebre "Two concepts of External Economies" de SCITOVSKY, T. (1954). Legitimação que resulta, no fundamental, na arrumação definitiva das acepções tecnológica e pecuniária em dois domínios disjuntos de significação teórica.

Para a teoria do equilíbrio geral apenas têm razão de ser as economias externas tecnológicas: correspondendo a interdependências directas, não põem em causa a solução do óptimo Walras-Paretiano que define o equilíbrio numa economia perfeitamente concorrencial.

Quanto às economias externas pecuniárias, "não têm obviamente lugar na teoria do equilíbrio. A questão é a de saber em que domínio elas têm significado" (36). Esse domínio é, também para Scitovsky, o das "teorias da industrialização". Se o que está em causa é o investimento industrializante - por conseguinte o investimento importante - ao qual é inerente o problema das indivisibilidades, as interdependências dinâmicas, além de frequentemente obedecer a critérios muito específicos na avaliação da rentabilidade, não restam quaisquer dúvidas que não é o equilíbrio geral neoclássico o paradigma certo para dar conta das

chamadas economias externas pecuniárias, pese embora o facto de serem essas justamente que se transmitem pelo mecanismo de mercado.

Não obstante a dicotomia nos significados propriamente teóricos das economias externas pecuniárias e tecnológicas, ambos os tipos têm para Scitovsky pertinência real, resultando da sua reunião aquilo que ele designa por "economias externas da teoria da industrialização" (37).

Assentemos, portanto, em que o papel desempenhado pelas economias externas no processo do crescimento e do desenvolvimento no que respeita às **interdependências entre produtores** reside, por um lado nas vantagens que se repercutem pelo mecanismo de mercado, correspondendo portanto a "ganhos monetários" (economias externas pecuniárias) e, por outro lado, nos benefícios que se reflectem directamente nos coeficientes técnicos de produção (VINER) - economias externas tecnológicas.

Entendidas nesta relação com as transformações interdependentes, na base do processo de desenvolvimento e crescimento, estas vantagens ou benefícios, podem muito bem ser considerados como **economias externas de crescimento e desenvolvimento** (38).

Resta-nos, por último precisar melhor o conteúdo das economias externas tecnológicas, recorrendo à sistematização feita por MEADE, J.E. (1952).

Colocando-se no âmbito do modelo mais simples de concorrência perfeita, Meade parte dos elementos que contribuem para qualquer processo produtivo, distinguindo o que é propriamente factor de produção

- o que explicitamente entra como argumento da função de produção - do que consiste de factores que **influenciam** a produção. Conclui então que as economias (ou deseconomias) externas incluem, por um lado, o que ele designa por **factores não remunerados** (39), ('unpaid factors') e, por outro lado, o que ele conceptualiza como **criação de ambiente** ('creation of atmosphere'), no sentido de **influência geral** de natureza física ou social sobre a produção: "as actividades de um grupo de produtores pode proporcionar um ambiente que é favorável ou desfavorável às actividades de outro grupo de produtores" (40).

Embora a sua concepção seja exclusivamente a da análise parcial, a sua abordagem tem o mérito de ter contribuído inovadoramente para precisar, pelo método analítico a natureza das economias externas tecnológicas introduzidas por Viner vinte anos antes.



Tivemos, ao longo deste capítulo, a oportunidade de seguir, a traços largos e na perspectiva que adoptámos, a evolução do conceito de economias externas, bem como o de estudar as circunstâncias da sua emergência. Apontámos para uma elucidação dos seus sucessivos significados, conteúdos e determinações. Preocupámo-nos especialmente em centrar a nossa atenção nas relações que a evolução conceptual havida

entretinha com os respectivos contextos, como meio de tentar garantir um princípio de inteligibilidade que facilitasse a sua compreensão.

Enquanto aspectos que interessaria fazer ressaltar da tarefa que empreendemos, referiríamos, em síntese, os seguintes:

1. Criado por Marshall como resultado da sua tentativa em solucionar um problema teórico interno à ciência económica, o âmbito conceptual e de aplicação das economias externas depressa ultrapassa os limites do quadro teórico em que ocorreu a sua emergência. As suas relações com as teorias do crescimento e depois com as teorias da localização não tardam a surgir.

Não se perca de vista, porém, o facto de ter sido o próprio Marshall que, desde logo, marca as várias direcções em que o conceito vai mais tarde contribuir para um determinado progresso científico em Economia (41). Mais: pensamos que se algo de invariante existe de forma a justificar que se continue a tomar as economias externas como legítimo referente teórico da ciência económica, para além das múltiplas concepções que se foram sucedendo (42), isso ficou definitivamente fixado por Marshall.

2. No que respeita às teorias do crescimento, os progressos maiores, quanto à sua relação com as economias externas, surgem do alargamento da perspectiva de Marshall, no seu aspecto estritamente teórico, a qual se limitava ao quadro da análise, centrada na firma e na indústria.

Uma vez alargado o quadro de análise às relações interindustriais e à dinâmica qualitativa que esta pressupõe, o conceito passa a estar indissoluvelmente ligado aos fenómenos do crescimento e do desenvolvimento (Young e Rosenstein-Rodan). Pode-se então falar, com toda a propriedade, em **economias externas de crescimento e desenvolvimento**.

3. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se esforços para uma maior clarificação de conteúdo, aos quais não é estranho o estímulo representado pelo alargamento do conceito a novos domínios de significação e aplicação.

A inovação maior corresponde à conclusão que também as interdependências mediatizadas pelas relações de mercado são portadoras de economias externas (Pigou-Viner) e que são justamente as **economias externas pecuniárias** que desempenham o papel de maior relevo no processo do crescimento (Rosenstein-Rodan), as quais, em contrapartida, nenhum significado possuem na teoria do equilíbrio geral (Scitovsky).

Por seu turno, é precisado o conteúdo das "economias externas de equilíbrio geral" - as **economias externas tecnológicas** - designação pela qual ainda são conhecidas. Elas constam de **factores não remunerados** e de **criação de ambiente** (Meade).

4. Finalmente, quanto às determinações propriamente espaciais do conceito de economias externas, devemos concluir que, pelo lado

do corpo teórico central da ciência económica, elas ficam-se praticamente pelo ponto de partida de todo este percurso.

De facto, pensamos estar em condições de inferir que é ainda (e apenas) nos **Principles** de Marshall que podemos encontrar os fundamentos económicos e mesmo de teoria económica que nos permitam conceber a relação entre economias externas e espaço, de um ponto de vista propriamente espacial. Foi nesse fundamento, tal como resultou da nossa interpretação, que nos apoiámos quando formulámos a nossa concepção pelo termo de **Economias Externas Espaciais**.

Não foi pois no domínio das questões espaciais que se obtiveram progressos com a evolução do conceito a partir de Marshall. O problema central era sobretudo o de tentar a integração das economias externas na "estrutura da teoria económica" (Ellis e Fellner), estrutura essa já consumadamente aespacial.

Neste aspecto, também as preocupações e perspectivas que configuravam o quadro em que teve lugar a relação entre economias externas e crescimento não era o mais adequado a explorar essa relação do ponto de vista do espaço. É contudo precisamente dessa relação que deriva o interesse maior que hoje concedemos às economias externas, se devidamente reposto o papel integrador que cabe ao espaço.

É com esse objectivo em mente que serão mobilizados os nossos esforços no capítulo seguinte.

Capítulo 3

Economias externas espaciais e desenvolvimento regional

Neste capítulo o nosso objectivo é o de tentar conceber a integração da dimensão propriamente espacial, imposta pela associação das economias externas ao crescimento e ao desenvolvimento.

Deste resultado, que sintetizaremos pela noção de **economias externas espaciais de desenvolvimento**, tentaremos de seguida extrair os elementos quanto a uma concepção da política de desenvolvimento regional.

Dados os nossos objectivos de momento, este capítulo terá, assim, um carácter conclusivo.

3.1. Elementos para um conceito de economias externas espaciais de desenvolvimento

Tendo em conta os elementos até agora introduzidos, estamos em condições de avançar no sentido de restabelecer a relação entre economias

e espaço, no caso das economias externas de crescimento e desenvolvimento.

Pese embora o facto de Marshall não ter ultrapassado, naquela parte da sua análise tida como central, a óptica da firma e da indústria individuais, ficando por conseguinte limitado ao âmbito das economias externas de localização e ao seu papel no processo de integração parcial no seio de uma indústria, a verdade é que ele sublinhou bem a importância dos factores propriamente espaciais e territoriais na criação e difusão das vantagens "internalizadas" ao nível dessa indústria localizada.

Ou seja, se Marshall não pôde avançar para uma integração efectiva e explícita do espaço, em termos propriamente teóricos, devido sobretudo aos limites que lhe eram impostos pelo estreito quadro de uma análise microeconómica, tal não lhe impediu porém que não procedesse a uma associação bem pertinente do fenómeno das economias externas ao espaço. Elas decorrem claramente da organicidade própria a um grupo, advêm de determinadas propriedades sociais inerentes à inscrição territorial de um corpo colectivo, são o produto específico de um conjunto de actividades, definido num base local.

Era esse, no fundo, o sentido do "ambiente industrial", considerado por Marshall como verdadeiro atributo territorial, recurso local endogenamente criado e desenvolvido, e da mais alta importância nas estratégias dos agentes quanto ao espaço, mesmo quando apenas definidas à custa do estrito princípio de economicidade, expresso na obtenção de economias de escala.

Mas, o que importa realçar, é que o "ambiente industrial"

progressivo (1) já era tido por Marshall, como hoje se diz, um verdadeiro "bem colectivo superior" - PERRIN, J.-C. (1974, p. 34) - cuja indivisibilidade e não-exclusividade torna inoperante a sua afectação pelo mecanismo de mercado e cuja especificidade territorial lhe confere a característica de recurso inamovível, origem de um elemento de monopólio "de raiz" na concorrência espacial entre lugares.

Esta caracterização do "ambiente industrial" marshalliano em termos de economias externas industriais, requer naturalmente a necessária extensão, quer pelo lado do âmbito das estruturas de relações produtivas, quer no que respeita à escala propriamente espacial dessas relações.

A nova perspectiva que resulta do alargamento do domínio das interdependências técnico-económicas de produção aos níveis meso e macroeconómicos interindustriais permitiu-nos fundamentar a relação entre economias externas e crescimento e desenvolvimento. Mas o ponto de vista não era, então, o do espaço.

Ora, do ponto de vista económico-espacial, o nível espacial teoricamente significativo para dar conta do fenómeno do crescimento e do desenvolvimento - e por conseguinte o da organização dos sistemas institucionais para a sua coordenação, promoção e planeamento - é a região (2).

De facto, para além dos habituais critérios de auto-referência, conexidade, compacidade e contiguidade de lugares que devem ser levados em conta ao definir e delimitar o espaço regional é a **integração, entendida**

como **conjunção e síntese** entre as **interdependências industriais e funcionais** e o **sistema de relações entre lugares**, que lhe confere, do ponto de vista económico-espacial, a característica de sistema dotado de autonomia relativa, não obstante tratar-se de um sistema fortemente aberto para o "exterior": "o que funda a realidade da organização regional é que ela possui uma estrutura económico-espacial específica, assim como **mecanismos próprios de crescimento e de desenvolvimento**. Neste aspecto, ela constitui um sistema dotado de autonomia com relação ao seu ambiente, aí incluindo o espaço nacional no qual ela se encontra englobada. Isto justifica que ela seja objecto de uma gestão que lhe permita controlar o seu funcionamento e o seu devir, nomeadamente através do planeamento" (3).

Importa ainda especificar que essa integração própria ao espaço regional é consubstanciada num certo grau de intensidade e adensamento de relações e complementaridades entre funções económicas, cujo campo espacial de acção é o sistema de lugares, constituído pelo território regional, e implica nomeadamente que a região evidencie **relações e interdependências** mais intensas entre os elementos que a constituem do que entre eles e os elementos de um sistema vizinho.

Se assim é, encontra-se então definido um espaço que necessariamente inclui, enquanto critério de identificação económica e social adicional, o facto de constituir um **campo de economias externas**, as quais, decorrendo das relações de troca e de interdependência em geral, pressupostos pelas complementaridades funcionais - tendendo a seguir-lhes os contornos geográficos - contribuem, por retroacção, para a intensi-

ficação e adensamento dessas relações.

Justifica-se, então, considerar essas economias externas, como **economias externas espaciais de crescimento e desenvolvimento.**

Resulta claro que estas economias externas constituem um critério de identificação económico-espacial de cada região, da mais alta importância, na medida em que, enquanto atributo espacial próprio e inamovíveis, do mais alto interesse na perspectiva das estratégias dos agentes, **são elementos-chave da atractividade regional:** "o conteúdo concreto deste bem colectivo (as economias externas) varia de uma região para outra. São estas diferenças que proporcionam aos interessados a verdadeira medida das vantagens comparativas das regiões. Aquelas cujas externalidades são as mais apreciadas, atrairão os homens, as poupanças e as capacidades empresariais. Assim sendo, a organização regional torna-se também, ao nível das suas relações com o exterior, num factor fundamental de crescimento e progresso" (4).

As economias externas, seu processo de criação e transmissão, são pois um fenómeno eminentemente espacial. Embora de contornos geográficos sempre sujeitos a uma dinâmica de transformação, os seus efeitos tendem a circunscrever-se a um certo território (5).

Externas aos agentes regionais que delas beneficiam, internas ao conjunto da região - e, se quisermos, de novo "externas" relativamente à envolvente exterior -, essas economias reflectir-se-ão no comportamento favorável das variantes mesoeconómicas regionais, sinal da realização de verdadeiras "economias sociais de escala", resultado da apropriação dos benefícios numa base colectiva e espacial.

E cabe aqui fazer ainda referência ao papel integrador desempenhado pelo espaço, no contexto do problema dos efeitos externos, tal como resulta formulado pela Economia do Bem-Estar. Vimos - nota 25, capítulo 2 - que a solução para os efeitos externos, na lógica do paradigma neoclássico, seria a sua "internalização" numa base individual. Mas na maioria dos casos, o fenómeno do "preço" não é, em absoluto, essencial à realidade dos efeitos externos. Citemos uma vez mais Claude Jessua: "A existência dos efeitos externos não é na realidade mais do que o corolário da existência de grupos humanos. Toda a análise económica de grupos pode ser formulada em termos de efeitos externos. Estes efeitos são habitualmente 'interiorizados', de uma forma ou de outra, nos grupos fortemente integrados (...). A tarefa do economista consiste então em definir os grupos socio-económicos, reais ou virtuais, e em avaliar os efeitos externos que aí se manifestam ou poderiam manifestar-se. Estes efeitos externos representam, de facto, a razão de ser económica do grupo, a saber, a vantagem específica da acção colectiva (...). Quanto à avaliação propriamente dita dos efeitos externos (...) o problema é por vezes de uma complexidade tal, que se revela vantajoso saltar a etapa da avaliação dos efeitos externos, para definir antes as zonas de cooperação e de integração" (6).

Porque não nos inspirarmos na epistemologia da análise de grupo, quanto à abordagem da questão regional?

3.2. Para uma estratégia de desenvolvimento regional centrada na criação de economias externas espaciais

A pertinência de uma concepção baseada na relação entre economias externas e espaço regional, quanto a implicações de política, impõe-se por si.

Na verdade, se um dos principais aspectos problemáticos do funcionamento espacial das nossas economias - incluindo o caso português - é em geral diagnosticado em termos da persistência, e agravamento nalguns casos, dos desequilíbrios regionais de crescimento e desenvolvimento; se na base desse resultado espacial está um mecanismo espontâneo comandado pela acção de "forças" económicas e sociais tendentes à concentração de homens, actividades e recursos, então podemos assegurar que para essa acção contribui decisivamente o jogo das economias externas.

Tentámos mostrar que o tipo de vantagens proporcionadas pelas economias externas são, enquanto tais, um dos factores potenciadores da dinâmica de crescimento - cujas possibilidades de criação e difusão, por seu turno, dessa dinâmica dependem -, tendem a circunscrever-se dentro de limites espaciais, são tributáveis de um complexo e exigente conjunto de pré-condições qualitativas, especificamente territoriais, as quais são em geral inexistentes nas regiões mais pobres, desvitalizadas ou subdesenvolvidas. Além disso, o processo de atracção por parte de algumas regiões favorecidas em atributos geradores de economias externas de crescimento, é um processo que se alimenta de si próprio e daí o seu

carácter acumulativo.

Ora, a consciência deste facto, e a análise deste fenómeno de atracção e concentração, é fase essencial na tarefa de concepção da política regional que se proponha como objectivo combater os desequilíbrios espaciais, opondo-se assim à acção espontânea de um processo "concentracionista", quantas vezes de há muito instalado e consolidado.

Afirmar isto significa reconhecer que, se as economias externas são a chave da atractividade espontânea de que gozam certas regiões, nelas residirá igualmente a chave da atractividade que seja necessário criar e promover "artificialmente" nas regiões que não disponham desse atributo, enquanto recurso "natural".

Tem pois todo o sentido considerar a criação e promoção de economias externas espaciais de crescimento e desenvolvimento como componente fundamental da estratégia de uma política de desenvolvimento regional que vise, como objectivo de carácter propriamente regional, melhorar a atractividade da região, num contexto de concorrência espacial.

Repare-se que esse elemento de estratégias serve simultaneamente como instrumento de uma política de desenvolvimento regional que aponte ao mesmo tempo para objectivos de nível nacional, com relação, nomeadamente, à resolução dos problemas das áreas congestionadas. De facto, não se pode abandonar o processo à sua lógica cumulativa própria, até porque a imprecisão é praticamente irreduzível, quanto ao limiar que marca o aparecimento efectivo e com significado global de economias

externas líquidas negativas, ligadas ao congestionamento das grandes áreas, capazes de produzir efeitos de desconcentração e dispersão notáveis.

Não cabendo de momento nos nossos propósitos uma análise mais detalhada da questão, não queremos deixar contudo de aqui incluir o esboço das grandes linhas de orientação próprias a uma estratégia centrada na criação e promoção de economias externas espaciais de âmbito regional, tal como resultam da concepção antes sustentada.

Tal estratégia deveria incluir critérios próprios de selectividade e prioridade nas acções que, nomeadamente, respeitassem:

a) **do lado da componente sectorial**, às actividades que maiores potencialidades apresentassem quanto à criação e difusão de efeitos externos, as quais incluem:

1. actividades produtivas passíveis de mobilizar intenções de investimento privado, pela importância que poderão vir a ter as economias externas industriais ou inter-industriais, contribuindo assim para a intensificação e adensamento das relações de troca e complementaridade e o dinamismo do tecido produtivo a criar. Os critérios dependeriam:
 - . do lugar que o empreendimento ocupa na matriz de interdependências regionais;
 - . do progresso técnico que venha aí a ser realizado;
 - . da medida em que o avanço técnico se repercute nos preços do

produto e da intensidade com que ele se transmite às outras firmas e sectores.

2. actividades ligadas à infraestruturacão económica e social geral e todas aquelas que, sendo fonte importante de economias externas espaciais, não permitem, pelo menos numa primeira fase, a sua "internalizacão" numa base individual ou sectorial:

- . sistema de infraestruturas territoriais;
- . sistema de transportes;
- . sistema de serviços sociais;
- . sistema urbanístico e/ou residencial;
- . sistema escolar, de formaçãõ e qualificaçãõ profissional;
- . sistemas de investigaçãõ tecnológica, de orientaçãõ ao sector produtivo e de prestaçãõ de serviços às empresas.

b) do lado da componente espacial, a selectividade devia adoptar como orientaçãõ genérica a concessãõ de prioridade aos investimentos que maiores garantias oferecessem quanto à integraçãõ económico-espacial da regiãõ. * Essa orientaçãõ significaria que fossem desencorajados os empreendimentos cuja dependência funcional com o exterior fosse desarticuladora do tecido produtivo regional e pudesse estar na origem de um processo de dissociaçãõ espacial.



Começa a ser um hábito a referência aos "Clássicos" quando, pelo lado da Economia, nos propomos abordar as questões espaciais. Nós não contrariámos esse hábito ainda recente. Pelo contrário, investimos bastante nessa via, talvez até com uma certa dose de exagero que poderia ter sido moderada, não fora o entusiasmo causado pela surpresa com que constatámos como boa parte dos problemas de hoje, sua análise e tentativas de solução, já tinham sido entrevistas pelo pensamento de outrora.

Se esta observação é justa no que respeita às relações entre Economia e as questões espaciais em geral, particularmente se justifica no que tem a ver com a relação entre economias externas e espaço.

De facto, levando em conta os ensinamentos que fomos colhendo através do itinerário de "longo curso" que traçámos e que, dos "Clássicos" da Economia Política, nos trouxe até uma das correntes contemporâneas da análise dos efeitos externos, pensamos estar em condições de sustentar que **as economias externas contam-se entre os principais vectores explicativos das dinâmicas económico-espaciais**. Nelas reside o fundamento objectivo a ter em conta em qualquer explicação que se pretenda racional ou científica, em primeiro lugar do fenómeno espontâneo da justaposição espacial e, depois, dos movimentos, também espontâneos, que decorrem da dialéctica justaposição-dispersão (7).

Mas a importância de dispormos de um princípio teórico para a explicação da justaposição espacial, não se limita à sua função meramente

explicativa desse fenómeno espontâneo - aliás tão universalmente observável e tão bem conhecido que parece, do ponto de vista do senso comum, impor-se por si.

A importância de podermos dispor de princípios de explicação científica releva sobretudo, também em Economia, da necessidade em fundamentar racionalmente as concepções que nos orientam quando tentamos intervir na realidade.

Era esse o objectivo que tínhamos em mente, quando começámos a organizar o esforço teórico de que aqui tentámos dar conta.

NOTAS

◇

◇ ◇

Capítulo I

[1] Para o texto sobre o trabalho, para além das citações recolhidas principalmente de Prof. James Lopez, v. ver também: LOPES, J. Síntese (1981).

Quanto à inclusão de James Stewart, devemos lembrar em primeiro lugar a situação em que a inclusão decorreu de que se tratava de um dos membros do conselho de Examinar, Político, além disso mais relevante quanto à situação especial. Refira-se que uma das poucas histórias que o Prof. Stewart deu para publicação em inglês em 1943 de sua História das Ciências modernas especiais (1935) encontra paralelismo à história de uma referência à obra precedente de Dewey.

Para uma visão de conjunto da história, a seguir referenciada de uma e a outra de OCE, NOTAS sobre a vida de James Stewart em 1947 na Villa de São Francisco, Porto, 1947 - de qual o texto resultante de Claude Bernard é, não largamente deviado.

NOTAS

[2] Inicialmente, não nos foi possível consultar diretamente a edição de Carl Mill das escritas de Dr. William Petty - The Economic Writings of Dr. William Petty, nos dias de 1977. OCECEL, p. (1948) contém, no entanto, para além das citações de James de próprio autor, excelentes citações de original que se não permitem referências à caracterização do pensamento de Petty no contexto de época em relação à história que se a segue. É claro que SCHUMPETER, J.A. (1934) constitui excelente fonte de informações, embora no âmbito da história da ciência económica em geral.

[3] Schumpeter, op. cit., p. 197-198) também cita, como característico do caso de James de Petty, a introdução que um indivíduo quanto a algo técnico. De Schumpeter Petty foi antes de tudo um teórico (teórico). Refira-se que não devemos de ter dito a ver, embora

Capítulo 1

- (1) Para a nossa escolha contribuiu, para além das indicações recebidas pessoalmente do Prof. Simões Lopes, o seu trabalho - LOPES, A. Simões (1983).

Quanto à inclusão de James Steuart, fazemos questão em chamar a atenção para a curiosa circunstância de ele ser um recém-chegado ao conjunto dos clássicos da Economia Política, tidos como mais relevantes quanto à questão espacial. Refira-se que uma das poucas inovações que o Prof. Ponsard decidiu introduzir na edição em língua inglesa de 1983 da sua *Histoire des théories économiques spatiales* (1955) respeita precisamente à inclusão de uma referência à obra precursora de Steuart.

Para uma visão de conjunto do período, a nossa referência de base é a obra de DOCKÈS, P. - *L'espace dans la pensée économique du XVIIe au XVIIIe siècle*, Flammarion, Paris, 1969 - da qual o texto reeditado de Claude Ponsard é, aliás, largamente devedor.

- (2) Infelizmente, não nos foi possível compulsar directamente a edição de C.H. Hull dos escritos de Sir William Petty - *The Economic Writings, of Sir William Petty*, que data de 1899. DOCKÈS, P. (1969) contém, no entanto, para além dos resultados da leitura do próprio autor, excertos citados do original que se nos revelaram suficientes à caracterização do pensamento de Petty no contexto da época em questão e na perspectiva que é a nossa. É claro que SCHUMPETER, J.A. (1954) constitui copiosa fonte de informação, embora na óptica da história da ciência económica em geral.
- (3) Schumpeter (op. cit., pp. 209-213) sublinha, aliás, como característica da obra pessoal de Petty, a preocupação que ela evidencia quanto a rigor teórico. Diz Schumpeter: "Petty foi antes de tudo um teórico (theorist)". Influência que não deixaria de ter algo a ver, cremos

nós, com a própria concepção pettiana de um espaço irremediavelmente submetido à "atração" da grande concentração industrial...

- (4) Para a qual, em alguns momentos de entusiasmo teórico, Petty chega ao ponto de reclamar a unicidade, referindo-se a Londres.
- (5) Citado por Dockès (op. cit., pp. 135-136).
- (6) **Idem**, p. 138.
- (7) CANTILLON, R. - *Essai sur la nature du commerce en général*. A primeira edição original é de 1755. Mas, segundo Schumpeter (op. cit., p. 217), o manuscrito teria circulado e exercido influência muito antes, ou seja, logo após 1730, data à volta da qual o *Essai* foi escrito.
A edição consultada é a do Institut National d'Etudes Démographiques, Paris, 1952.
- (8) Cantillon, R. (op. cit., pp. 85-86); sublinhados nossos.
- (9) **Idem**, p. 86; sublinhados nossos.
- (10) **Idem**, p. 87.
- (11) **Idem**, p. 4.
- (12) **Idem**, p. 6; sublinhado nosso.
(É curioso o comentário do anotador da edição do *Essai* que compulsamos, Louis Salleron, sobre o termo **entrepreneur** empregue por Cantillon: sugere-se que a sua introdução na literatura econômica se deve precisamente a Richard Cantillon e não a J.-B. Say, um século mais tarde, como por vezes é afirmado).
- (13) **Idem**, pp. 7-8; sublinhados nossos.

- (14) Factor de socialidade, cuja acção é, aliás, frequentemente subentendida ao longo do texto de Cantillon, mesmo quando ele opta por basear explicitamente a sua argumentação nas variáveis estritamente económicas. É porém a propósito da explicação da cidade que ele mais claramente racionaliza a partir das socialidades espaciais.
- (15) Neste sentido, podemos afirmar que Richard Cantillon, embora de uma perspectiva ainda fortemente marcada por uma concepção holista da organização social a partir do Príncipe ou da aristocracia fundiária, é um verdadeiro precursor no reconhecimento e análise de uma classe de fenómenos e factores que só muito recentemente vieram a merecer tratamento mais sistematizado, na base do conceito de economias externas urbanas.
- (16) Cantillon, R. (op. cit., p. 8).
- (17) **An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy.** A primeira edição original é de 1767. A edição consultada é a da The Scottish Economic Society, Edinburgh, 1966.
- (18) Poderia dizer-se que se assiste com Steuart ao renascimento das teses "concentracionistas" de Petty. Embora James Steuart se inspire claramente em Petty, isso não corresponde de forma alguma a uma coincidência nas atitudes teóricas. Enquanto a análise de Steuart se preocupa em primeiro lugar em racionalizar a partir de um processo real de transformações económicas e sociais e na qual a componente normativa e política não se revela deliberada, no caso de Petty, a sua análise é, por um lado, muito mais teórica, no sentido em que é muito mais tributária de um raciocínio hipotético apriorístico e revela, claramente, por outro lado, o propósito de servir de base normativa a um projecto político.
- (19) Steuart, J. - op. cit., p. 134.

- (20) O tema das (**inter**)dependências é ponto crucial na construção teórica de Sir James Steuart. Não cabendo aqui o propósito de ir muito longe na análise dos fundamentos do pensamento do nosso economista, é no entanto imprescindível ter em conta alguns aspectos básicos daquele tema na obra de Steuart, já que dele decorrem, a nosso ver, implicações de monta na forma como nos **Principles** são abordadas as questões espaciais.

A aporia de que parte Steuart é a de que o homem é uma "**criatura social**", a qual se encontra apenas em grupos, em que o vínculo toma a forma específica da **dependência**. Esta conhece três graus, enunciados por Steuart por ordem crescente da autonomia ou liberdade relativa neles presentes: a **dependência natural** entre pai e filho, a **dependência política** entre senhor e servo, Príncipe e súbdito e, finalmente, a **dependência comercial**, aquela que caracteriza o vínculo entre "o rico e o industrioso" (op. cit., p. 207) ou ainda definida como o vínculo implicado "naquele que depende totalmente da venda da sua própria '**industry**' (...) é o caso dos artífices e operários relativamente àqueles que os empregam" (*idem*, p. 208). Ora, é esta última, a dependência comercial, que caracteriza a economia de troca, generalizada com a emergência do "novo sistema industrial": "concebo a liberdade moderna (...) a partir da introdução da indústria e da circulação de um equivalente adequado para qualquer prestação de serviço" (*idem*, p. 209). Para Steuart, portanto, essa "liberdade moderna", como ele lhe chama, não é mais que um novo tipo de dependência que, emergindo da ruptura dos antigos vínculos feudais, elimina a **subordinação** neles implicada, (Steuart entende que na subordinação está implicada a autoridade que os superiores têm sobre os inferiores; a dependência implica certas vantagens que os inferiores retiram da sua subordinação: "um servo está na **subordinação** do seu senhor e **depende** dele para a sua subsistência" (*idem*, p. 207)) e passa a assentar fundamentalmente na reciprocidade contratual determinada pelo ciclo de actividades e funções. A "sociedade livre" de Steuart baseia-se pois no sistema de interdependências comerciais ou de troca: "(...) a ideia que faço de uma sociedade livre e perfeita é a de

um contrato geral tácito do qual resultem prestações recíprocas e proporcionais entre todos os que a compõem" (*idem*, p. 88; sublinhado no original). E acrescenta a seguir: "Concluo que a melhor maneira de uma sociedade livre ser coesa é a multiplicação das obrigações recíprocas e a criação de uma **dependência geral entre todos os seus membros**" (*idem*, p. 89, sublinhados nossos).

- (21) Trata-se obviamente dos proprietários fundiários e "senhores da mesma espécie" a que se referia Cantillon, relativamente aos quais a sua explicação da escolha de localização (no que respeita à cidade) é plenamente aceite por Stuart.
- (22) Stuart, J. - op. cit., p. 58, sublinhados nossos.
- (23) A passagem é de resto extremamente elucidativa quanto aos princípios metodológicos que Stuart aplica no seu trabalho teórico. Para ele, é tarefa da teoria social estudar as consequências sociais concretas da acção colectiva e não propriamente explicar as motivações na base dos comportamentos individuais. Estas podem aliás ser inconscientes e, enquanto tal, inexplicáveis, ou mesmo quando conscientes, podem não ter nada a ver com o resultado social final. (É no fundo o que reencontramos em causa na concepção de método de Adam Smith e o que o levou, nomeadamente, a utilizar a metáfora da "Mão Invisível").
- (24) Stuart, J., op. cit., p. 62.
- (25) Ponsard (1983, p. 10) considera Stuart um verdadeiro precursor da análise weberiana da localização das indústrias.
- (26) Stuart, J., op. cit., p. 10.
- (27) *Idem*, pp. 58-59; sublinhados nossos.

- (28) Vários autores insistem no significado fundamental da aceitação deste postulado - vide, por exemplo, DUMONT, L. (1977, p. 45) - quanto à emergência de uma categoria do económico, enquanto tal, separado da esfera do político. Recorde-se como Steuart - e é praticamente contemporâneo de Smith - via ainda a relação comercial em termos de **dependência**.

Se a isso juntarmos a aporia da coerência espontânea entre o interesse individual e o interesse geral, estamos de posse dos dois aspectos fundamentais que, comparecendo pela primeira vez simultaneamente reunidos na **Riqueza das Nações**, conferem ao livro de Adam Smith a importância histórica única que tem, considerado como a primeira obra de **ciência económica**.

Quanto ao resto, ou seja, quanto ao tratamento específico de grande parte das matérias que contém, Schumpeter (op. cit., pp. 184-186) vai ao ponto de dar a entender que Smith não prima pela originalidade, mas pela síntese que faz dos autores que o antecederam.

- (29) SMITH, A. - **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 651; sublinhados nossos.

- (30) **Idem**, p. 99.

- (31) Estamos a referir-nos aos mercados localizados, formados na base das relações de vizinhança ou da contiguidade espacial em geral. Encontra-se em Smith outra aceção da dimensão do mercado, quando está em causa a separação à distância, circunstância em que aquela dimensão está então relacionada com o raio de alcance das trocas, factor que determina evidentemente o grau de divisão do trabalho que é possível realizar na aglomeração localizada e, por essa via, influencia a respectiva dimensão. Este grau de realização fica, contudo, na dependência directa das vias de comunicação e é função das características do produto.

- (32) Smith, A., op. cit., p. 99.
- (33) *Idem*, p. 654.
- (34) *Idem*, p. 100.
- (35) *Idem*, pp. 254-255; sublinhados nossos.
- (36) *Idem*, p. 275; sublinhados nossos.
- (37) *Idem*, p. 276.
- (38) O que corresponderia, portanto, a um mecanismo de troca desigual e à correlativa "exploração" do campo pela cidade. Temos em consonância não só com a presença do elemento de teoria do valor-trabalho, presente na teoria do valor de Smith, como com a expressão "pobreza e miséria" (dos campos) que ele por vezes utiliza (conf. op. cit., p. 687).
- (39) Neste sentido, a sua obra constitui, a nosso ver, o mais autorizado ponto de partida da futura corrente da Economia Espacial que se baseia na concepção do espaço-distância. (Não estamos obviamente a sugerir que seja esta a concepção de espaço para Cantillon).
- (40) Vide nomeadamente REMY, J. (1966) e a "criação de ambiente" ('atmosphere') no seu sentido mais lato, simultaneamente material e social, da análise de MEADE, J.E. (1952).

A este respeito, vem a propósito completar esta nota com a seguinte citação de DOCKÈS, P. (op. cit., p. 428), retirada do ponto de conclusões da sua obra dedicada ao pensamento económico espacial do séc. XVI ao séc. XVIII: "os economistas contemporâneos redescobrem os problemas colocados ontem e não fazem mais do que precisar as soluções outrora entrevistas" - quando o conseguem, claro.

(41) Ou aquém de David Ricardo (1820) no que particularmente respeita à integração entre o discurso sobre o espaço e a Economia. Quanto a uma periodização das relações epistemológicas entre espaço e Economia, remete-se para o interessantíssimo artigo de RALLET, A. (1984).

(42) Ponsard, C. - op. cit., p. 10; sublinhados nossos.

Capítulo 2

- (1) Considerado por Lord Keynes o fundador da "ciência económica inglesa moderna" - vide SCHUMPETER, J.-A. (op. cit., p. 834).
- (2) Como principais contribuições pessoais de Marshall para o progresso científico em Economia, Schumpeter (op. cit., p. 836) refere o lançamento de elementos de base ao sistema do equilíbrio geral, à análise da utilidade marginal, para além da sua profunda concepção da interdependência geral entre todas as variáveis económicas.
- (3) Queremos significar nomeadamente que o contexto teórico que preside à emergência do conceito nada tem em si de "intrinsecamente" espacial. O que não impede, como veremos de seguida, que ele seja logo associado, por Marshall, à localização da firma e da indústria, de forma directa, e de forma mais indirecta ou implícita, a questões de natureza claramente espacial.
- (4) Marshall, A. - **Principles of Economics**, MacMillan & Co. Ltd, Londres, 1964, p. 221.

Economias de escala que o nosso autor atribui ao que ele chama de "**lei dos rendimentos crescentes**": "um acréscimo de trabalho e capital conduz geralmente a uma melhor organização, o que aumenta a eficiência do emprego do trabalho e do capital" (op. cit., p. 265).

(Para a Microeconomia moderna, os rendimentos crescentes à escala, que correspondem à redução no custo médio da produção, que pode ou não estar associada ao aumento de emprego de factores e das quantidades produzidas, segundo um coeficiente técnico de produção, não tem estatuto de "lei").
- (5) Na hipótese de curto-prazo, ou seja, mantendo pelo menos um factor fixo, à medida que cresce a utilização do(s) factor(es) variável(is), os acréscimos de produto são sucessivamente menores.

- (6) Marshall, A. - op. cit., p. 265.

Aporia que não deixa de marcar profundamente toda a obra de Marshall, colocando-se sempre na perspectiva da produção industrial e reclamando para ela o motor de todo o progresso. Repercussões que detectamos inclusivamente no objecto das suas análises espaciais, quando a elas se dedica: o que o preocupa em primeiro lugar é o fenómeno da urbanização na sua ligação com o desenvolvimento industrial.

- (7) Deve dizer-se que Marshall estava errado na formulação do problema que o conduziu a esta explicação. O postulado dos rendimentos marginais decrescentes aplica-se à generalidade dos processos produtivos, sejam "naturais" ou tecnológicos. Corresponde a uma realidade fundamental - exprime no fundo o condicionalismo entrópico que caracteriza qualquer processo de transformação material, submetido a determinadas circunstâncias de "fecho" sobre si próprio - mas cuja validade lógica exige a hipótese de a quantidade de pelo menos um dos factores permanecer constante. Ou seja, trata-se de um fenómeno típico do curto-prazo. Se a hipótese for a variabilidade de **todos** os factores empregues, passa-se para o plano da dinâmica de longo prazo - que era aquele em que se situava Marshall - e a incompatibilidade lógica entre o postulado dos rendimentos marginais decrescentes e o fenómeno das economias de escala desaparece. O erro de Marshall advinha no fundo de não distinguir cuidadosamente entre condições estáticas e condições dinâmicas, confusão que não afecta, como é óbvio, a sua noção de economias de escala, nem a pertinência do tipo de explicação que para elas apresenta.

- (8) Marshall, A. - op. cit., p. 221; sublinhado no original.

- (9) O sentido é muito próximo daquele que vigora hoje em Micro-economia: conjunto de firmas que produzem um **bem homogéneo**.

- (10) Como observa Ponsard, "de todos os economistas clássicos ortodoxos, apenas Marshall percebeu alguns aspectos do problema espacial" - PONSARD, C. (op. cit., p. 19).
- (11) Marshall, A. - op. cit., p. 221.
- (12) **Idem**, p. 220; sublinhados nossos.
- (13) **Idem**, p. 365; sublinhado no original.
- (14) **Idem**, p. 225.
- (15) **Idem**, p. 224; sublinhados nossos.
- (16) A utilização deste termo não é de modo algum arbitrária. Por vezes, ao ler as descrições que faz Marshall do desenvolvimento da 'localized industry', permanece a sensação de que ele se refere a um verdadeiro "ecossistema" industrial. Convém referir, de resto, para uma melhor apreensão da sua concepção de crescimento, que Marshall assume explicitamente o paradigma das ciências da vida - "A ciência económica preocupa-se, portanto, sobretudo com os seres humanos que, para o bem e para o mal, são coagidos a mudar e a progredir. Empregam-se hipóteses estáticas fragmentárias enquanto auxiliares provisórios das concepções dinâmicas, ou antes biológicas; mas a ideia central da ciência económica (...) deve ser a da força viva e do movimento" (op. cit., Prefácio). Na sua teoria da organização industrial, dominam temas como divisão do trabalho e diferenciação, organismo industrial e integração, crescimento orgânico e ambiente industrial. Pode muito bem Marshall ser apontado como verdadeiro precursor das recentes utilizações analógicas em Economia, extraídas dessas ciências. Embora defendendo como ideal o modelo fornecido pela Biologia, é certo que Marshall, ele mesmo, abre em parte caminho às analogias com a Física - que dominam até, pelo menos, época muito recente - pelo seu procedimento na

análise mais directamente microeconómica. Sobre o estatuto da analogia em ciência económica e para uma perspectiva dos diversos modelos analógicos externos, no pensamento económico, ver o interessantíssimo ensaio de MÉNARD, C. (1981).

- (17) Marshall, A. - op. cit., p. 225.
- (18) **Idem.**
- (19) **Idem**, p. 226.
- (20) Marshall refere-se concretamente ao caso de mulheres e crianças.
- (21) Marshall, A. - op. cit., p. 226; sublinhados nossos.

Permanecendo fiel à sua óptica centrada na indústria, Marshall nunca chega a conceber frontalmente as economias externas a uma indústria, numa perspectiva de associação horizontal inter-industrial. Daí que refira o carácter suplementar e não a relação de complementaridade.

- (22) **Idem**, pp. 226-227; sublinhados nossos.

Marshall chega mesmo a explicar os mecanismos económicos da morfologia espacial típica dessas cidades industriais: o alto valor que o solo no centro da cidade atinge por pressão da procura para uso por parte das actividades de comércio, faz com que as indústrias tendam a aglomerar-se nos subúrbios. Concorrência análoga, com resultados semelhantes, se estabelece entre operários e empregados no que respeita à habitação.

- (23) Não é nada corrente encontrarem-se na literatura em geral designações que sejam significantes explícitos da relação entre economias externas e espaço.

Encontrámos, por exemplo, a designação de "efeitos externos geográficos" que MOUGEOT, M. (1975, p. 142) emprega de passagem,

sem preocupações de precisão, a propósito da internalização privada dos custos sociais na óptica da afectação óptica de recursos.

Referindo outro exemplo, encontramos por parte de um geógrafo, PAPAGEORJIU, G.J. (1979, p. 464), o conceito de "externalidade espacial": "Consideremos uma distribuição de agentes numa paisagem S. Cada agente emite uma externalidade que de algum modo difunde o seu impacto a outros agentes em S. Assim, cada agente experimenta um compósito de externalidades emitidas ao longo de S. Chamamos a este compósito externalidade espacial". Aqui, parte-se do aspecto mais imediato ligado a uma dada distribuição no espaço geográfico.

Em todo o caso, quer num exemplo quer noutro, o referente são as "externalidades" que, não obstante serem o resultado de uma (já longa e sinuosa) evolução semântica a partir das economias externas de Marshall, pouco na realidade têm a ver com elas, na maior parte das acepções em que são utilizadas.

Aliás, como já em 1954 dizia SCITOVSKY, T. (1954, p. 143), "O conceito de economias externas é um dos mais 'elusive' conceitos na literatura económica". Pensamos que hoje a situação no que respeita a precisão conceptual e terminológica não é melhor, e não é só na literatura económica.

- (24) A nossa perspectiva é em boa medida tributária do tipo de abordagem que JESSUA, C. (1968) propõe para o problema das externalidades em geral, muito embora ela não releve de uma orientação dirigida para as questões espaciais. Diz Jessua: "qualquer efeito externo apenas o é na óptica do cálculo económico individualista. O efeito permanece 'externo' a esta óptica; é necessário para o 'interiorizar' efectuar deliberadamente o cálculo **ao nível do grupo (...)**" (op. cit., p. 220, sublinhados nossos). Ou ainda: "os grupos devem a sua razão de ser aos efeitos externos que aí se manifestam, seja o caso de efeitos positivos que a constituição do grupo permite ou permitiria recolher, seja o caso de efeitos negativos que a cooperação organizada permite ou permitiria evitar" (*idem*, p. 237). A sua noção de efeito externo

é a seguinte: "este termo designa, no seio de qualquer colectividade ou grupo, exclusivamente os tipos de interacção que apenas uma acção colectiva à escala do grupo considerado permite dar conta" (*idem*, p. 255).

Ora, a definição pelo menos virtual, desses grupos a que se refere Claude Jessua pode ser efectuada numa base espacial ou territorial. É o que está implicado na nossa abordagem a partir de Marshall, o qual nos fornece, relativamente à questão, indicações muito mais ricas do que aquelas que se podem colher da corrente neoclássica subsequente das "Externalities".

- (25) A linha das questões mais propriamente teóricas é iniciada com a publicação, em 1920, da obra de A.C. Pigou, **The Economics of Welfare** - em cujo texto não comparece, curiosamente, o termo economias externas, alargando no entanto o respectivo quadro de análise por forma a dar conta também dos efeitos externos negativos, contrariamente a Marshall. A partir do momento em que Pigou coloca o problema da divergência entre produto marginal privado e produto marginal social, fórmula teoricamente mais evoluída, fica em boa parte definido o significado a atribuir ao fenómeno das economias externas, tido como o mais relevante, para o paradigma do equilíbrio geral.

Os únicos efeitos externos que merecem, na verdade, esse estatuto são aqueles que se produzem pelas interdependências directas, as que não passam pelo mecanismo do mercado (as chamadas economias externas tecnológicas). Assim sendo, e se as hipóteses básicas da análise microeconómica assentam no postulado da racionalidade privada (postulado que está afinal na origem daquela divergência entre os produtos marginal privado e social), a solução da "anomalia" que os efeitos externos representam deve fundamentalmente passar pela sua "internalização" numa base individual, único procedimento compatível com o paradigma normal: "Se as economias externas existem e quando existirem, elas têm de ser incorporadas na estrutura da teoria económica; mas deve confessar-se que o trata-

mento teórico deste assunto ainda deixa muito a desejar", diziam ELLIS, H.S. e FELLNER, W. (1943, pp. 504-505) já em 1943, num célebre artigo, tido como marco iniciador de um longo período em que a integração dos efeitos externos na teoria parecia ter caído no esquecimento.

Deve acrescentar-se que, se a "internalização" constitui a solução normativa, ela não corresponde necessariamente, porém, na prática, a soluções operativas. Para além de apenas poder ter lugar no quadro dos equilíbrios parciais (um emissor, um receptor), exigem a possibilidade real quanto à determinação da natureza, mecanismos de difusão, avaliação monetária dos efeitos externos em geral, relativamente à qual os limites impostos pelo conhecimento disponível e por aqueles que são resultantes dos conflitos de poder, contam-se entre os obstáculos maiores (PERROUX, 1969, pp. 47-48).

Ainda nesta perspectiva, algumas tentativas têm sido levadas a cabo no sentido de incluir a variável espaço num modelo de equilíbrio geral com efeitos externos, com preocupações normativas quanto à localização óptima de agentes no espaço - conf., por exemplo, CHEVAILLER, J.-C. (1976) - mas os resultados teóricos que é possível alcançar por esta via, são-no invariavelmente à custa de um empobrecimento radical das representações do espaço que são tomadas como variáveis. Não podemos deixar de citar a conclusão final de Jean-Claude Chevailler: "podemos portanto afirmar que as possibilidades relativamente a extensões do modelo são extremamente restritas, por virtude dos limites que afectam os instrumentos teóricos utilizados. Neste contexto, não é de modo algum exagerado pensar que os progressos futuros estarão estreitamente ligados à capacidade em nos libertarmos do quadro de análise tradicional" (op. cit., p. 430). Para uma perspectiva, muito bem fundamentada, acerca das dificuldades e limites que se colocam à introdução do espaço no quadro teórico do equilíbrio geral, vide MOUGEOT, M. (1975, especialmente pp. 80 e segs, e pp. 140-145, no que respeita a efeitos externos).

- (26) A relação explícita entre economias externas e teoria da localização industrial não aparece pela primeira vez senão com HOOVER, E.M. (1937), cujo trabalho vem na sequência de WEBER, A. (1909, 1ª edição em língua inglesa de 1929), fundador da teoria da localização, independentemente de qualquer influência marshalliana. As preocupações de Weber relevam da análise do comportamento locativo da firma e da indústria em função do que designou de factores de localização, um dos quais é justamente o **factor aglomerativo**: "uma vantagem ou uma redução no custo da produção ou comercialização que resulta do facto de a produção ser levada a efeito em considerável volume num **único** lugar" (WEBER, op. cit., p. 126; sublinhado no original). Pioneiro embora da introdução do método lógico-dedutivo na análise da localização industrial, a sua teoria vem a ser objecto de crítica na base do seu carácter irrealista, exactamente porque a modelização a que recorre o obriga a apoiar-se em hipóteses simplificadoras e restritivas - vide LOPES, A.S. (1979, p. 183).

A análise de Hoover, além de proporcionar um maior grau de realismo pelo carácter menos restritivo das hipóteses que emprega, vem a ultrapassar o âmbito da indústria em que se colocava Weber, referindo as economias de aglomeração a um quadro intersectorial, o que lhe permite definir, para além das **economias de escala**, ligadas à dimensão da empresa, e das **economias de localização**, originadas pela justaposição espacial das firmas de uma mesma indústria, as **economias de urbanização**, inovação maior na medida em que as situa no quadro claramente mesoeconómico que inclui todas as firmas de todas as indústrias em relação com variáveis de dimensão global da localização (população, rendimento, produção, riqueza). Das contribuições e desenvolvimentos posteriores nesta via destacam-se nomeadamente os trabalhos de Walter Isard - vide, por exemplo, ISARD, W. (1956, cap. 8).

- (27) FLAMMANT, M. (1964, 1965).

- (28) Distinção já implicada aliás na análise de Pigou.

- (29) VINER, J. - op. cit., pp. 217-218.
- (30) Ou, noutra versão exemplificativa posterior de Viner, "a possibilidade para (a empresa) A de dispor, em virtude da proximidade relativamente a B, de um tipo de serviços que não seria possível obter de outro modo; a difusão geral de uma indústria a outra de conhecimentos práticos e competência técnica de quadros e mão-de-obra que resulta da concentração de numerosas indústrias" - VINER, J. (1958, pp. 62-63).
- (31) VINER, J. - op. cit., pp. 217-218.
- (32) Viner dá ainda como exemplo destas economias externas pecuniárias "a supressão ou a redução nos custos de transporte suportados por (empresa) A, pela possibilidade de acesso mais fácil a certos factores, no caso de serem produzidos pela indústria B vizinha" - VINER, J. (1958, pp. 62-63).
- (33) A importância da abordagem de Rosenstein-Rodan em termos de economias externas está bem patente no facto de ela acabar por vir a estar na base da teoria dos pólos de crescimento, do conceito de efeito de aglomeração, da teoria do crescimento equilibrado e a do crescimento desequilibrado - conf. PICCAND, R. (1984, p. 13).
- (34) ROSENSTEIN-RODAN, P.N. - op. cit., p. 205.
- (35) *Idem*, p. 206.
- (36) SCITOVSKY, T. - op. cit., p. 146.
- (37) *Idem*, p. 143.
- (38) O termo "economias externas de desenvolvimento" é, tanto quanto pudemos saber, pela primeira vez utilizado por FLAMANT, M. (1964, p. 105). Contudo, este autor tende a restringi-las às economias externas pecuniárias, o que não coincide com o nosso ponto de vista.

- (39) O exemplo de Meade é o já célebre e bucólico caso das abelhas que se alimentam das flores das macieiras do pomar do vizinho. O agricultor fornece então ao apicultor um factor de produção que não é remunerado. Pese embora o bucolismo, serve o exemplo também para inferir até que ponto se apresenta em muitos casos difícil o estabelecimento de mecanismos de compensação: se existirem vários apicultores na vizinhança, como distinguir entre as abelhas?

Mas Meade segue, como é natural, a normativa do óptimo de Pareto: como o produtor de maçãs não é compensado na medida do valor do produto marginal social por ele criado, deve ser subvencionado como resultado de imposição a lançar sobre o apicultor, cujo valor do produto marginal privado é superior ao valor do produto marginal social criado.

- (40) MEADE, J.E. - op. cit., p. 62.

Para o caso da criação de ambiente, o exemplo avançado por Meade é a influência favorável exercida por um empreendimento de florestação na produção de trigo numa região, através do acréscimo de pluviosidade que aquele provocou. O empreendimento florestal cria economias externas a favor dos agricultores. Nesta hipótese, Meade demonstra que nunca poderá haver um equivalente de "internalização".

- (41) Progresso, aliás, como o nosso caso bem demonstra, que em parte pouco mais é que uma cadeia de problemas, resultando uns das tentativas em resolver os outros.
- (42) Entendemos que o facto de existirem ou se sucederem diferentes concepções de um mesmo conceito, não implica necessariamente a mudança radical deste.

Capítulo 3

- (1) Referenciado por Marshall, recorde-se, à troca de informação, aos estímulos à emulação criativa quanto ao aperfeiçoamento dos processos de fabrico e à criação de uma cultura técnica profissional específica à indústria.
- (2) PERRIN, J.-C. (1974, 1983).
- (3) *Idem*, (1983, pp. 209-210).
- (4) *Idem*, (1974, p. 35).
- (5) Deve acrescentar-se que o carácter necessariamente espacial dos efeitos externos aqui sugerido não o é no sentido trivial de que qualquer externalidade deve ser associada a uma área de referência determinada, como muitas vezes se dá a entender. O sentido em que tomamos a espacialidade como inerente às economias externas (ou às deseconomias externas) é não-trivial, exactamente como não-trivial é o espaço regional, ou o espaço urbano, enquanto domínio das economias externas urbanas, categoria particular das economias externas espaciais.
- (6) JESSUA, C. - op. cit., pp. 276-277.
- (7) Colocar assim a questão não significa, de modo algum, que estejamos pura e simplesmente a abstrair das **deseconomias externas**. Ao decidir orientar a nossa análise pelo lado dos efeitos externos positivos não pretendemos negar a importância das externalidades negativas, designadamente pela relação que têm com alguns dos mais prementes problemas associados ao crescimento (e ao desenvolvimento)

em algumas economias, estando amplamente justificada a pertinência, o interesse e a legitimidade científica dos estudos conduzidos nessa via, nomeadamente em Ciência Económica.

Diríamos que a aporia de base que está contida na nossa hipótese de trabalho é a afirmação do **carácter primordial das "forças" económicas e sociais de justaposição espacial e aglomeração**. A nossa conjectura de base - a qual nada tem em si de ousado - foi a de que a chave para a leitura - e em particular para a leitura económica da paisagem se encontra do lado das "forças aglomerativas", **mesmo no caso de sobrevirem condições que pareçam apontar no sentido oposto da dispersão e da disjunção espacial**. Manifestações do tipo de contratendências à aglomeração, a ocorrerem, devem ser tidas mais como epifenómenos resultantes do próprio desenvolvimento "natural" da justaposição espacial, cuja expressão máxima fica, no fundamental, circunscrita à fixação de certos limites ou limiares ao processo. Não podemos, porém, inferir dessas contratendências a emergência de qualquer lógica autónoma de "repulsão" e de disjunção espacial, com significado equivalente à lógica aglomerativa, que fosse assim capaz de operar a sua anulação ou inversão. Pensamos que era esta a concepção que adoptava Weber quando, ao definir factores aglomerativos e desaglomerativos, começa assim: "A primeira coisa a ser feita neste ponto é mostrar que por princípio a (sua) teoria não tem que interpretar os factores aglomerativos e desaglomerativos como dois grupos, mas apenas como um grupo, ou seja, aglomeração. Todos os factores desaglomerativos, pela sua própria natureza, não são mais que **contratendências que resultam da aglomeração** (WEBER, A., op. cit., p. 124, sublinhados nossos).

Quando um determinado processo de aglomeração foi levado além do limiar que marca a inviabilização das vantagens das economias externas, vantagens desse tipo terão de ser garantidas pela localização alternativa.

Aliás, e se nos ativermos aos factos, dificilmente poderemos deixar de concluir pela persistência geral e continuada das tendências

aglomerativas na estruturação e reestruturação dos sistemas espaciais, mesmo quando são empreendidas acções específicas de política no sentido da descentralização do desenvolvimento (dificuldades relacionadas com esta descentralização podem ser extraídas, seja a partir do balanço quanto aos resultados das políticas dos chamados pólos de crescimento, seja a propósito dos problemas das áreas metropolitanas, seja com relação ao processo geral de agravamento dos desequilíbrios regionais em certas economias).

Aliás, vem ainda a propósito referir as nossas sinceras dúvidas quanto à efectividade real e geral das contratendências aglomerativas no sentido de se revelarem capazes de revolucionar profundamente o padrão básico da organização espacial das nossas sociedades como parecem pretender as profecias de alguns arautos das novas tecnologias da comunicação. Estamos em crer que a lógica subjacente à introdução das novas tecnologias (inclusive no que respeita às tecnologias ambientais releva sobretudo da tentativa em se conciliar as pressões exercidas pela justaposição espacial com outros objectivos do desenvolvimento.

Se nos for perdoado o recurso à metáfora, diríamos, para terminar esta já longa "digressão", que, tal como ocorre no universo Newtoniano, a "lei" vigente no espaço social é, ela também, uma lei de atracção.

BIBLIOGRAFIA

AYDALOT, Philippe

- 1965 "Note sur les économies externes et quelques notions connexes",
Revue économique, n° 6, nov.65, pp. 994-973

BATOR, Francis M.

- 1958 "The anatomy of market failure", **Q.J.E.**, Ago.58, pp. 356 e segs.

BAUMOL, W.J.

- 1964 "External economies and the second order optimality conditions",
American economic review, vol 54, Jun.64, pp. 358-372

- 1977 **Economic theory and operations analysis**, Prentice-Hall, New York

BORDES, G.

- 1973 "Théorie des phénomènes externes et des biens pseudo-libres",
Economie et sociétés, Série F, n° 25, sept.73, pp. 1555-1611

BOUDEVILLE, J.R. (ed. obra colectiva)

- 1968 **L'espace et les pôles de croissance**, PUF, Paris

BOURGUINAT, H.

- 1964 "Economies et déséconomies externes", **Revue économique**, n° 4,
juil.64, pp. 503-532

BÖVENTER, Edwin von

- (1962) **Théorie de l'équilibre en économie spatiale**, Gauthier-Villars,
Paris, 1966 (trad. francesa)

BUCHANAN, J.M.

- 1965 "Economics theory of club", **Economica**, Fev.65

- 1969 "External diseconomies, corrective taxes, and market structure",
The American economic review, march.69, vol. LIX, n° 1

BUCHANAN, J. e CRAIG STUBBLEBINE, W.

- 1962 "Externality", **Economica**, Nov.62

BURNETT, A.D. e TAYLOR, P.J. (eds.)

- 1981 **Political studies from spatial perspectives**, John Wiley

CANTILLON, Richard

- (1755) **Essai sur la nature du commerce en général**, Institut National d'Etudes Démographiques, Paris, 1952

CHEVAILLER, J.C.

- 1976 **Affectation spatiale des ressources en présence d'effets externes**, these de doctorat, Université de Dijon

CLAVAL, Paul

- 1984 **Géographie humaine et économique contemporaine**, PUF, Paris

DOCKÈS, Pierre

- 1969 **L'espace dans la pensée économique du XVI^e au XVIII^e siècles**, Flammarion, Paris

DUMONT, Louis

- 1977 **Homo aequalis. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique**, Gallimard, Paris

ELLIS, H.S. e FELLNER, W.

- 1943 "External economies and diseconomies", **American economic review**, vol 33, Sept.43, pp. 493-511

FLAMANT, M.

- 1964 "Concepts et usages des économies externes", **Revue d'économie politique**, n° 1, pp. 93-110

- 1965 "Aménagement régional du territoire et 'effets externes'", **Revue de l'économie du Centre-Est**, juil-déc, pp. 5-12

- 1977 "Centés de villes et crise urbaine" in **Mélanges économiques en hommage à Pierre Moran**, Economica, Paris, pp. 39-56

FLEMING, M.

- 1955 "External economies and the doctrine of balanced growth", **Economic journal**, June.55

GAROFOLI, G. (dir.)

- 1983 **Industrializzazione diffusa in Lombardia. Sviluppo territoriale e sistemi produttivi locale**, IRER, Franco Angeli Editore

HANSEN, N.

- 1966 "Croissance déséquilibrée et développement régional", **Cahiers de l'ISEA**, L17 N.178, oct.66

HOLLAND, Stuart

- 1976 **Capital versus the Regions**, The McMillan Press, London

HOOVER, Edgar M.

1937 **Location theory and the shoe and leather industries**, Harvard University Press, Cambridge

1948 **The location of economic activity**, McGraw Hill, London

1975 **An introduction to regional economics**, Knopf., 2nd edition

ISARD, Walter

1956 **Location and space-economy**, MIT, New York

JEANRENAUD, C.

1975 **Organisation de l'espace, effets externes et dépenses publiques**, Groupes d'études économiques, Université de Neuchatel

JESSUA, C.

1968 **Coûts sociaux et coûts privés**, PUF, Paris

KUHN, T.S.

1974 **The structure of scientific revolutions**, The University of Chicago Press

LATHAM, W.R.

1976 "Locational behaviour in manufacturing industries", **Studies in applied regional science**, 4 (1976), Leiden

LE PAS, J.

1968 "Classification des économies externes urbaines", **Economies et sociétés**, pp. 1237-1248

LEIPERT, C. e SIMONIS, U.E.

1986 "Alternative dello sviluppo economico. Problematiche, scopi e strategie", **IIUG dp**, 86-2, WZB, Berlin

LOPES, A.S.

1978 **Desenvolvimento: desenvolvimento regional**, Mimeo, Lisboa

1979 **Desenvolvimento regional. I volume - Problemática, teoria, modelos**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

1983 "O espaço na teoria económica", **Estudos de economia**, vol III, nº 3, Abr-Jun.83, pp. 361-374

MAFFESOLI, M.

1979 "L'espace de la socialité" in **Espaces et imaginaire**, Presses Universitaires de Grenoble

MARSHALL, Alfred

(1890) *Principles of Economics*, MacMillan & Co Ltd, London, 1964

MEADE, J.E.

1952 "External economies and diseconomies in a competitive situation", *Economic journal*, vol 62, March, pp. 54-67

MÉNARD, C.

1981 "La machine et le coeur - essai sur les analogies dans le raisonnement économique" in *Analogie et connaissance II*, Séminaires Interdisciplinaires du Collège de France sous la direction de André Lichnerowicz, François Perroux, Gilbert Gadoffre, Maloine S.A. Editeur, pp. 137-161

MISHAN, E.J.

1971 "The postwar literature on externalities: an interpretative essay", *Journal of economic literature*, March.71, vol IX, n° 1, pp. 1-28

MOUGEOT, Michel

1975 *Théorie et politique économiques régionales*, Economica, Paris

MORAN, P.

1966 *L'analyse spatiale en science économique*, Cujas, Paris

OLSON, M.

1971 *The logic of collective action. Public goods and the theory of groups*, Harvard University Press

PAPAGEORGIU, G.J.

(1979) "Spatial externalities", *Annals of the Association of American Geographers*, 68, pp. 465-492

PERRIN, Jean-Claude

1967 "Le développement régional (schémas d'analyse de l'économiste)", *Cahiers ORSTOM*, Série Sciences Humaines IV, 2-1967

1974 *Le développement régional*, PUF, Paris

1983 "Economie spatiale et méso-analyse" in PAELINK & SALLETZ, *Espace et localisation*, Economica, Paris, pp. 201-230

PERROUX, François

1955 "Note sur la notion de pôle de croissance", *Economie appliquée*, jan-juin.55

1964 *L'économie du XXème siècle*, PUF, Paris

PICCAND, Roger

1984 *Création d'effets externes positifs dans les régions dispersées*, thèse de doctorat, Editions Universitaires Fribourg

PIGOU, A.C.

(1920) *The Economics of Welfare*, MacMillan & Co Ltd, London; ed. ut.: *La economía del bienestar*, M. Aguilar, Madrid, 1946

PLANQUE, Bernard

1983a *Innovation et développement*, Economica, Paris

1983b "Communication et travail - l'espace dualisé, jusqu'où?", *RERU*, n° 1

PONSARD, Claude

1955 *Histoires des théories économiques spatiales*, Armand Colin, s.l.

1983 *History of spatial economic theory*, Berlin/Heidelberg/New York/Tokyo, Springer-Verlag, 238 p.

POPPER, K.R.

1978 *Lógica das ciências sociais*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro

1982a *Unended Quest: an intellectual autobiography*, Fontana/Collins

1982b *Conjecturas e Refutações: o progresso do conhecimento científico*, Editora Universidade de Brasília

PRESTON, L.E.

1984 "A perspective on meso-economics", *IIM/IP 84-28* WZB, Berlin

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I.

s/d *A nova aliança*, Metamorfoses da Ciência, Gradiva, Lisboa

RALLET, A.

1984 "Les aventures de l'espace en économie politique", *Espace Temps*, 26/27/28, pp. 118-130

REMY, J.

1966 *La ville, phénomène économique*, Ed. Vie Ouvrière, Bruxelles

RÉMY, J. e NOLS, E.

- 1972 "Economies externes et croissance urbaine", *Revue économique*, vol XXIII, n^o 6, nov.72

RÉMY, J. e VOYÉ, L.

- 1974 **La ville et l'urbanisation. Modalités d'analyse sociologique**, Ducolot, Paris

RICHARDSON, H.W.

- (1969) **Regional Economics**, Weidenfeld and Nicolson, London, 1976

ROSENSTEIN-RODAN, P.

- 1943 "Problems of industrialization of eastern and south-eastern Europe", *Economic journal*, june.43, vol 53, pp. 202-211

SCHUMPETER, J.A.

- 1954 **History of economic analysis**, George Allen & Unwin, London

SCITOVSKY, T.C.

- 1954 "Two concepts of external economics", *Journal of political economy*, LXII (April.54), pp. 143-151

- 1959 "Croissance balancée ou non balancée", *Economie appliquée*, n^o 1, pp. 7-22

SCOTT, A.J.

- 1983 "Location and linkage systems", *Analysis of regional science*, vol 17, n^o 1, March.83

SMITH, Adam *

- (1776) **A riqueza das nações**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
1980 - I vol.
1983 - II vol.

STEUART, Sir James

- (1767) **An Inquiry into the principles of political oeconomy**, 2 vols, Oliver & Boyd Ltd, Edinburgh/London, 1966

STREIT, M.E.

- 1969 "Spatial associations and economic linkages between industries", *Journal of regional science*, vol 9, n^o 2, pp. 169-188

TÖRNQVIST, G.

- 1970 "Contact systems and regional development", *Lund Studies in Geography*, Series B, n^o 35, Lund

TOWNROE, P.M.

- 1970 "Industrial linkage, agglomeration and external economies", *Journal of the town planning Institute*, pp. 18-20

VINER, J.

- (1931) "Cost curves and supply curves", in *The American Economic Association (selected by a Committee of) - Readings in price theory*, Richard D. Irwin, Inc., Chicago, 1952, pp. 198-232
- 1958 "Stabilité et progrès, les problèmes de la pauvreté", *Economie appliquée*, n^o 1

WEBER, Alfred

- (1909) *Alfred Weber's theory of location of industries* (trad. inglesa), University of Chicago Press, 1929 (reimpressão 1957), 256 p.

YOUNG, A.

- 1928 "Increasing returns and economic progress", *Economic journal*, Dec.28, pp. 527-542